

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

Tatiana de Sousa Ribeiro
Ovidio Orlando Filho
Elaine Rodrigues Perdigão

Acessibilidade nas Bibliotecas da UFRJ

UMA AVALIAÇÃO À LUZ
DA VIVÊNCIA DOS ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIAS

FUNDAÇÃO
cesgranrio

FACULDADE
cesgranrio

pimenta
leiteiro

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

Tatiana de Sousa Ribeiro
Ovidio Orlando Filho
Elaine Rodrigues Perdigão

Acessibilidade nas Bibliotecas da UFRJ

UMA AVALIAÇÃO À LUZ
DA VIVÊNCIA DOS ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R484a

Ribeiro, Tatiana de Sousa -

Acessibilidade nas Bibliotecas da UFRJ: uma avaliação à luz da vivência dos estudantes com deficiências / Tatiana de Sousa Ribeiro, Ovidio Orlando Filho, Elaine Rodrigues Perdigão. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Organizadoras: Ligia Gomes Elliot, Nilma Gonçalves Cavalcante.

Coleção Estudos Avaliativos Multidisciplinares.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-922-2

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.99222

1. Acessibilidade em Bibliotecas. 2. Bibliotecas Acessíveis. 3. Sistema de Bibliotecas e Informação – SIBI. 5. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. I. Ribeiro, Tathiana Teixeira. II. Orlando Filho, Ovidio. III. Perdigão, Elaine Rodrigues. IV. Título.

CDD: 378.12

Índice para catálogo sistemático:

I. Avaliação do ensino

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 as autoras e o autor.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	GarryKillian, Pikisuperstar, tj-rabbit - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Geometos, Sofia Pro
Revisão	Ligia Gomes Elliot Ovidio Orlando Filho
Autores	Tatiana de Sousa Ribeiro Ovidio Orlando Filho Elaine Rodrigues Perdigão
Organizadoras	Ligia Gomes Elliot Nilma Gonçalves Cavalcante

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Interamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Ligia Gomes Elliot

A série em 2023 11

 Apresentação..... 11

 Referências 14

CAPÍTULO 1

O estudo15

CAPÍTULO 2

**Sobre deficiência, acessibilidade
e inclusão no Brasil:**

breve síntese de aspectos conceituais e legais19

CAPÍTULO 3

**A pessoa com deficiência
no contexto das bibliotecas 24**

CAPÍTULO 4

O sistema de bibliotecas e informação da UFRJ29

 Contextualizando as bibliotecas do SiBI 36

 Usuários inscritos, serviços e produtos 38

 Equipamentos de acessibilidade..... 39

CAPÍTULO 5

**Os discentes da UFRJ com deficiência
ou transtornos globais do desenvolvimento.....41**

CAPÍTULO 6

Procedimentos metodológicos	46
Abordagem avaliativa.....	47
Questão avaliativa	48
Dimensões de acessibilidade: conceituações de Sasaki e Nicoletti	49
Critérios da avaliação: categorias e indicadores	54
Os instrumentos da investigação.....	57
O questionário	57
As entrevistas.....	59
Validação dos instrumentos de avaliação	61
Os critérios avaliativos do estudo	61
As delimitações do estudo	63

CAPÍTULO 7

Resultados e análises	64
Questionário: resultados e análises	65
Caracterização dos respondentes.....	66
Resultados da categoria acessibilidade arquitetônica.....	73
Resultados da categoria acessibilidade comunicacional.....	75
Resultados da categoria acessibilidade instrumental.....	76
Resultados da categoria acessibilidade atitudinal.....	78
Resultados da categoria acessibilidade à informação	79
Resultados da categoria acessibilidade ao mobiliário e equipamentos.....	82

Análise das entrevistas	84
Entrevista com os discentes	84
Entrevista com os bibliotecários da UFRJ	89
Nível de atendimento das categorias de acessibilidade.....	94
CAPÍTULO 8	
Considerações finais	97
Recomendações	100
<i>Ovidio Orlando Filho</i> <i>Elaine Rodrigues Perdigão</i>	
Mérito do estudo	103
<i>Tatiana de Sousa Ribeiro</i>	
Experiência da autora	107
Referências.....	109
Sobre as autoras e o autor	114
Índice remissivo	116

A SÉRIE EM 2023

APRESENTAÇÃO

A Série Estudos Avaliativos Multidisciplinares tem sido publicada pelo Mestrado Profissional em Avaliação desde 2015. Uma de suas finalidades é divulgar os estudos desenvolvidos pelos egressos do Mestrado em Avaliação da atual Faculdade Cesgranrio, em co-autoria com seus orientadores ou orientadoras. Essas publicações, contudo, não se restringem apenas a versões resumidas das dissertações originais.

No primeiro ano, 2015, foram preparados 12 livros, abrangendo não só a versão mais compacta de um estudo, mas um capítulo adicional relevante: a análise do relatório, elaborada a partir da aplicação de um instrumento específico. Para isto, foi disponibilizada uma lista de verificação abrangendo as principais características que devem estar presentes na utilização dos procedimentos metodológicos e resultados do estudo analisado, de acordo com a literatura relacionada. Assim, a aplicação do instrumento embasou a análise e se tornou um verdadeiro processo de validação da dissertação, ao ser cotejada com as recomendações que os autores da área consideraram imprescindível ao gênero estudo avaliativo.

A seguir, em 2016, 13 livros foram organizados e os estudos foram submetidos a uma meta-avaliação, isto é, a avaliação da qualidade do estudo avaliativo concluído. Como quadro de referência conceitual foram adotados os padrões criados e validados pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1994 *apud* Yarbrough; Shulha; Hopson; Caruthers, 2011), internacionalmente adotados na área da avaliação. Esse referencial, em sua 3ª edição, é um dos mais antigos e reuniu centenas de avaliadores internacionais empenhados na construção e validação de normas e critérios para a avaliação, sendo largamente aplicado entre os avaliadores.

Em 2018, foi publicada a terceira série de estudos, totalizando 13 livros. O capítulo de conclusão foi construído a partir de referencial variado. A inovação foi a inclusão da palavra dos *stakeholders*, ou os principais interessados no tema do estudo. Assim, alguns desses *stakeholders* responderam a um instrumento exclusivo - um roteiro de entrevista que contém os atributos essenciais para dar suporte à qualidade do estudo. Aqueles egressos que não puderam retomar o contacto com os *stakeholders*, aplicaram a lista de verificação de qualidade da dissertação, utilizada em 2015. Outros se valeram dos padrões de avaliação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1994 *apud* Yarbrough; Shulha; Hopson; Caruthers, 2011), ou a outras obras da área que possibilitaram realizar meta-avaliações, como as *Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe* (Rodríguez Bilella; Martinic Valencia; Soberón Alvarez; Klier; Guzmán Hernández; Tapella, 2016), concebidas para estudos provenientes de países latinos e caribenhos, e inspiradas em outros referenciais existentes. Trabalhos clássicos como a Lista de Verificação de Scriven (2007) e as dimensões da avaliação recomendadas por Davidson (2005) foram também adotados para algumas das análises, dando margem a enriquecê-las.

Em 2020, a publicação de 15 estudos multidisciplinares foi totalmente realizada na modalidade digital de *e-book*. Esses estudos foram integrados a um projeto desenvolvido e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). As diversas possibilidades de análise foram mantidas e contribuíram para ampliar a compreensão dos estudos.

Em 2023, são nove os estudos publicados sob a forma de *e-book*. A análise de cada estudo avaliativo, como anteriormente, provocou os novos Mestres em Avaliação, o que conduziu ao crescimento profissional. A variedade de referenciais para análise de estudos ou dissertações e, conseqüentemente, para sua meta-avaliação, é um elemento proveitoso para quem precisa garantir a presença de indicadores de qualidade em suas produções.

Como já mencionado em textos anteriores, é relevante lembrar que a avaliação se transformou em componente fundamental e indispensável ao acompanhamento e julgamento de uma gama qualitativamente diferenciada e quantitativamente numerosa de objetos. Nomeá-los objetos de avaliação não lhes reduz a importância. Esta é uma denominação genérica que abrange uma diversidade notável de fenômenos, projetos, programas, processos, produtos, eventos, materiais, testes, instrumentos, procedimentos, lembrando apenas alguns tipos e categorias que coexistem nos vários contextos humanos, sociais e culturais. Como se observa, é a configuração de um verdadeiro mosaico avaliativo. Saber-lhe a qualidade, quão adequados ou afinados são os estudos e sua finalidade, o grau de atendimento fornecido a seus usuários, o nível de satisfação que proporcionam a quem os julga ou deles se utiliza, a coerência dos seus conteúdos para determinado propósito, constituem, sem dúvida, essência para a avaliação.

Como tão bem afirmou o filósofo da avaliação, Michael Scriven (1991), avaliar é julgar o mérito ou valor de algo. De fato, avaliar tem seu sentido chave na busca do mérito ou valor de um dado objeto. E esta tem sido uma preocupação presente nos estudos avaliativos aqui apresentados quanto a seus respectivos objetos.

Ao apresentar a Série 2023 de Estudos Avaliativos Multidisciplinares como um produto acadêmico profissional do Mestrado em Avaliação, espera-se continuar a oferecer, aos leitores interessados, publicações que tenham utilidade para outros estudos, demonstrem respeito às normas de executar apropriadamente um estudo avaliativo, revelem ter viabilidade e precisão no emprego de procedimentos metodológicos, e ainda conduzam os estudos com ética e respeito a todos os envolvidos, participantes e interessados nos estudos. Os estudos contemplam, assim, os atributos imprescindíveis a uma avaliação.

Ligia Gomes Elliot

REFERÊNCIAS

DAVIDSON, E. Jane. *Evaluation methodology basics: the nuts and bolts of sound evaluation*. Thousand Oaks, California: Sage, 2005.

RODRIGUEZ BILELLA, Pablo D.; MARTINIC VALENCIA, Sergio; SOBERÓN ALVAREZ, Luis; KLIER, Sarah Desirée; GUZMÁN HERNÁNDEZ, Ana Luisa; TAPELLA, Esteban. *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Buenos Aires: Akian Grafica Editora S.A., 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/71575551-Diretrizes-para-avaliacao-deval-german-institute-fordevelopment-evaluation-para-a-america-latina-e-o-caribe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

SCRIVEN, Michael. *Evaluation checklists*. 2007. Disponível em: www.wmich.edu/evalctr/checklists. Acesso em: 21 set. 2018.

YARBROUGH, Donald L.; SHULHA, Lyn M.; HOPSON, Rodney K.; CARUTHERS, Flora A. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3rd. ed. Califórnia: Sage, 2011.



1

O ESTUDO

Nas últimas décadas o Brasil tem passado por um processo de reflexão e sensibilização sobre os valores relacionados ao direito de ir e vir a todos os cidadãos, principalmente das pessoas com deficiência, parcial ou permanente. Em face desse aspecto, são diversos os movimentos sociais e políticas públicas promotores de amplas mudanças para melhorias nas condições de acesso e inclusão desses grupos nos diferentes ambientes da vida social e profissional.

No decorrer de transformações advindas desse processo, evidenciou-se maior interação e integração das pessoas com deficiência à vida social e profissional em todas as suas dimensões, possibilitado que elas possam ir e vir considerando qualquer entidade ou organização social, vencendo as barreiras arquitetônicas e atitudinais, conquistando o respeito da sociedade e melhorando sua qualidade de vida.

Em meio ao contexto de maior reivindicação por inclusão e acessibilidade, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) com o principal objetivo de garantir e promover condições de igualdade, direitos e liberdade fundamentais para o grupo de pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e ao direito fundamental do exercício à cidadania. Desse modo, esse extrato social, passou a ter direitos garantidos por lei, relacionados à vida; à habilitação e à reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao transporte e à mobilidade; ao acesso à informação e à comunicação; entre outros.

O objetivo deste livro é apresentar um estudo avaliativo sobre um desses direitos fundamentais da pessoa com deficiência, abordando o seu livre e total acesso ao contexto das bibliotecas de uma das mais importantes universidades do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo em vista as condições de acessibilidade existentes nas bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade. Sua elaboração

pretendeu-se à intencionalidade de identificar os possíveis entraves existentes no acesso e utilização das bibliotecas da universidade e as iniciativas de acessibilidade já desenvolvidas segundo a ótica dos estudantes com deficiência, frequentadores dos citados locais.

Pensando sob o prisma de uma sociedade mais inclusiva, que se empenha na promoção dos direitos da pessoa com deficiência, o presente estudo se justifica em função de contribuir, por meio do processo de mensuração da satisfação dos discentes com deficiência em relação às bibliotecas pertencentes ao sistema de bibliotecas da UFRJ, para a melhoria das condições de acessibilidade dos referidos espaços. Para isso, o estudo foi sustentado em pensamentos formulados por estudiosos especializados nesse campo de interesse social, na legislação pertinente ao assunto e na análise dos dados coletados, oriundos dos instrumentos aplicados e respondidos por um grupo de alunos com deficiências, além de gestores bibliotecários, servidores da Universidade.

Abordando a temática da acessibilidade nas bibliotecas, Ribeiro (2016, p. 17) destaca:

Bibliotecários, auxiliares, estagiários, todos os recursos humanos envolvidos no processo precisam planejar e executar suas atividades com o objetivo de transformar as bibliotecas em que trabalham em locais acessíveis, sem barreiras que impeçam a busca e uso da informação pelas pessoas com deficiência.

Considerou-se a realização deste estudo avaliativo, contemplando, principalmente, dois motivos: o primeiro, devido à nova perspectiva em que se encontra a UFRJ que, desde 2017, por meio de uma política de ação afirmativa tem recebido estudantes com alguma limitação ou deficiência, e o segundo, devido ao ineditismo da proposta, uma vez que existe uma gama de estudos sobre acessibilidade em bibliotecas, que entretanto, não foram formulados na perspectiva dos seus principais interessados, as pessoas com deficiência.

Sobre a apreciação da avaliação, Elliot (2004) afiança que:

Por meio das avaliações, busca-se saber, por exemplo, se os objetivos traçados foram atingidos de forma adequada e eficaz, se o processo de desenvolvimento de projetos e programas revelou seu mérito ou qualidade intrínseca, se as ações realizadas e os serviços prestados podem ser associados a algum tipo de impacto para os beneficiados ou interessados (Elliot, 2011, p. 942).

A avaliação tem como objetivo auxiliar a alta administração a subsidiar a tomada de decisões, medir a satisfação de consumidores de um produto e julgar o mérito de programas educacionais ou da área da saúde. Em síntese, "a avaliação busca trazer à tona aspectos, dados e indicadores de que o objeto avaliado [...] é adequado, eficiente, eficaz ou relevante" (Elliot, 2011, p. 942).

Isso dito, o estudo pode ser classificado como pertinente e possuidor de grande significância, visto que, por meio da implementação do programa de ações afirmativas, as bibliotecas da UFRJ têm recebido mais estudantes com deficiência. Entre esses estudantes, se pode citar os cadeirantes que enfrentam dificuldades para adentrar em bibliotecas sem rampas, os surdos, atendidos por funcionários que não conhecem a Língua Brasileira de Sinais e os cegos ou pessoas com baixa visão, atendidos por bibliotecários que não sabem orientar a busca de um livro no catálogo eletrônico com o auxílio de leitores e ampliadores de tela.

Os exemplos reais aqui listados reforçam a necessidade da avaliação das condições de acessibilidade das bibliotecas da UFRJ e de outras pelo país, segundo a vivência dos alunos com deficiência. Ademais, compreende-se a importância das bibliotecas universitárias como espaços de acesso e compartilhamento de conhecimento, fundamentais não apenas para o desenvolvimento científico, como também por seu contributo à sociedade. É igualmente relevante que esses espaços sejam inclusivos e acessíveis para todos.

2

SOBRE DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO BRASIL:

**BREVE SÍNTESE DE ASPECTOS
CONCEITUAIS E LEGAIS**

Um dos principais fatores que diferencia a sociedade contemporânea brasileira das existentes em passado recente é que, atualmente, apesar de muitos indivíduos estarem imersos em contextos com práticas estritamente individualistas, é possível presenciar um aumento no número de mulheres, homens e organizações que possuem um olhar que observa, questiona, capta e atende a necessidade do outro. São indivíduos que exercem a cidadania, que se mobilizam para modificar a situação de vulnerabilidade de grupos sociais. São pessoas que, isoladamente ou por meio de instituições, promovem a acessibilidade para todo e qualquer cidadão, seja ele idoso, pessoa com deficiência ou com alguma limitação (Nicoletti, 2010).

Segundo a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pessoa com deficiência é

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Depreende-se, então, que a acessibilidade serve para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham mais autonomia para executar atividades básicas do cotidiano como tomar um trem, atravessar a rua, ler o cardápio do restaurante, ir ao banheiro do shopping e assistir um filme no cinema. Ou seja, o objetivo da acessibilidade é eliminar barreiras e assim, tornar a rotina das pessoas nessas condições menos onerosa e mais factível.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), acessibilidade é a

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus

sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004, p. 2).

Ainda em relação ao conceito de acessibilidade, o Decreto nº 5.296 publicado em 2004 apresentava sua definição como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004).

Em função da definição oficial do governo brasileiro, o tema da acessibilidade e do direito das pessoas com deficiência obtiveram maior exposição por meio da criação de políticas públicas. Foram então publicados no país outras leis e decretos que passaram a regulamentar a inexistência de barreiras físicas ou comunicacionais no acesso à educação, no âmbito profissional, no acesso e uso do transporte público e no exercício do direito ao lazer.

Outro fator que deu notoriedade e promoveu a acessibilidade para as pessoas com deficiência foi a atuante participação de especialistas em inclusão, grupos da sociedade civil em campanhas de mobilização e a criação de políticas públicas pelo governo federal. Uma destas políticas públicas foi o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), criado pelo Ministério da Educação em 2005, que teve como objetivo:

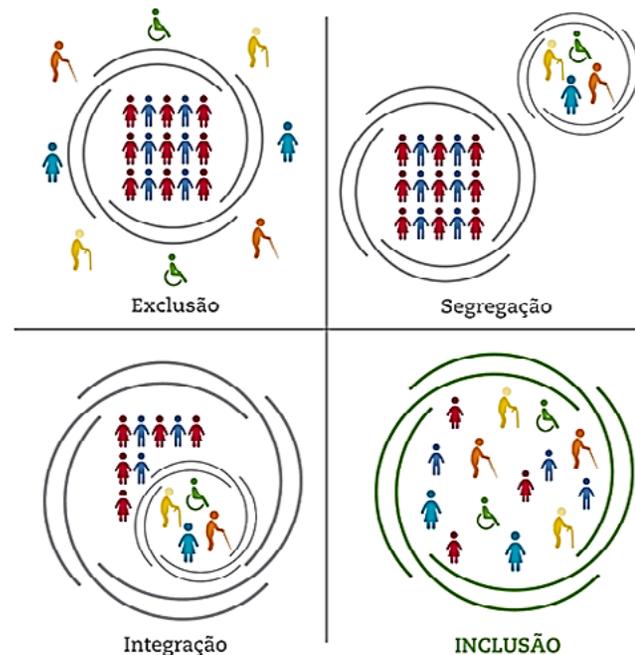
Fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (Brasil, 2013).

O principal objetivo do programa é o de eliminar parâmetros como a exclusão e a segregação nos ambientes das instituições universitárias, não apenas integrando socialmente essas pessoas, mas incluindo-as com equidade nos ambientes que frequentam dentro das universidades.

O significado dos termos integração e inclusão, comumente relacionados ao tema da acessibilidade, podem ser vistos na ilustração da Figura 1.

Dessa forma, pode-se inferir a correta definição do que seja a inclusão da pessoa com deficiência. O seu princípio norteia dois aspectos relevantes: o primeiro deles é a participação do indivíduo, o exercício de sua cidadania na sociedade sem discriminações ou preconceitos devido a sua limitação ou deficiência.

Figura 1 - Exclusão, segregação, integração e inclusão



Fonte: Vale Informar (2017).

O segundo fator tem relação com as condições de igualdade, ou seja, as pessoas com deficiência desejam exercer os mesmos direitos que pessoas sem deficiência possuem. O indivíduo com mobilidade reduzida quer andar em uma calçada sem buracos, a pessoa com deficiência visual quer ler um cardápio acessível em um restaurante, assim como a pessoa com deficiência auditiva quer assistir um musical com tradução em Libras. Apenas por meio da implementação de políticas públicas, as pessoas com deficiência têm esses direitos assegurados (Milanezi, 2017).

3

**A PESSOA
COM DEFICIÊNCIA
NO CONTEXTO
DAS BIBLIOTECAS**

Sobre a questão da acessibilidade nas bibliotecas, o artigo 4 do decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 diz:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, **inclusive salas de aula, bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (Brasil, 2004, grifo nosso).

Apesar da atual situação de carência de repasses financeiros às bibliotecas (principalmente as bibliotecas públicas e universitárias), considera-se possível tornar estes ambientes acessíveis para as pessoas com deficiência (Paula, 2016). Estudos como o de Ribeiro (2016) apontam a existência de ferramentas e *softwares* inclusivos gratuitos que podem ser utilizados em bibliotecas para dar mais autonomia, especificamente, para estudantes com deficiência visual.

A aquisição de lupas de mesa, leitores de tela gratuitos, aplicativo com tecnologia brasileira que traduz texto, vídeo e áudio para a Libras, *software* que auxilia pessoas com tetraplegia, são alguns exemplos de equipamentos e tecnologias com custo baixo que podem ser adotados pelas bibliotecas para dar suporte aos estudantes com alguma limitação. Com isso, é descartada a recorrente e falsa ideia de que é oneroso e caro fazer a inclusão dessas pessoas. Sobre esse aspecto, Nicoletti (2010, p. 87) ressalta:

Considerando que as bibliotecas são instituições sem fins lucrativos, geralmente com orçamento destinado apenas à aquisição de material bibliográfico, o investimento em acessibilidade não se apresenta como prioridade. Contudo, a contribuição social que a biblioteca oferece à sociedade quando promove a inclusão de pessoas com necessidades especiais justifica o investimento financeiro, pois, o acesso à informação permite a produção e compartilhamento de conhecimento, devolvendo à sociedade seres conscientes e críticos.

Observa-se na literatura científica, uma quantidade significativa de publicações sobre a acessibilidade em bibliotecas para pessoas com deficiência, desde legislações que abordam o tema, até trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, que apresentam pesquisas relevantes cujo objetivo é o de estudar a acessibilidade no contexto das bibliotecas. Destaca-se que parte das citadas pesquisas analisam a acessibilidade das bibliotecas, justamente sem ouvir os relatos e as opiniões dos sujeitos mais importantes da pesquisa, os próprios usuários com deficiência que frequentam e utilizam os serviços das bibliotecas. Essa situação é revelada por Ribeiro (2016, p. 32) ao afirmar que

Para uma análise que se aproximasse do ideal de uma biblioteca acessível, sob a perspectiva de uma pessoa cega ou com baixa visão, optamos por entrevistar usuários reais, frequentadores de bibliotecas, a fim de identificar as dificuldades encontradas pelos alunos no acesso e no uso da informação. A escolha dos sujeitos com deficiência foi um critério importante, pois se encontra na literatura muitos trabalhos sobre o tema da acessibilidade que, entretanto, não são realizados à luz das pessoas com alguma deficiência.

Sendo assim, compete aos bibliotecários e aos gestores de bibliotecas de instituições de ensino de todos os níveis, e particularmente as de nível superior, atentarem para a questão da acessibilidade, considerando o pleno acesso de cadeirantes aos espaços físicos, a obtenção de livros tanto em papel quanto no formato eletrônico, o acesso às bases de dados eletrônicas, o atendimento com equidade que respeite as limitações dos alunos, assim como, a oferta de serviços e produtos para estudantes com deficiência.

No entanto, deve-se considerar o fato de que as instâncias públicas, sob as quais as universidades estão sob a órbita de responsabilidade administrativa, também são responsáveis pela instituição de ações necessárias à melhoria dos ambientes acadêmicos, incluindo-se aí as bibliotecas universitárias. Para isso, existem as ações

afirmativas que são formas de políticas públicas que objetivam transcender as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania, visando garantir igualdade de oportunidades e equidade no tratamento de pessoas e a mobilização dos setores da sociedade, com intenção de ampliar as ações de inclusão social. Ou seja, é por meio das políticas públicas implementadas pelos governos, ou mesmo por instituições privadas, que são praticadas as principais ações que objetivam corrigir desigualdades presentes na sociedade, buscando oferecer igualdade de oportunidades a todos (Nascimento, 2019).

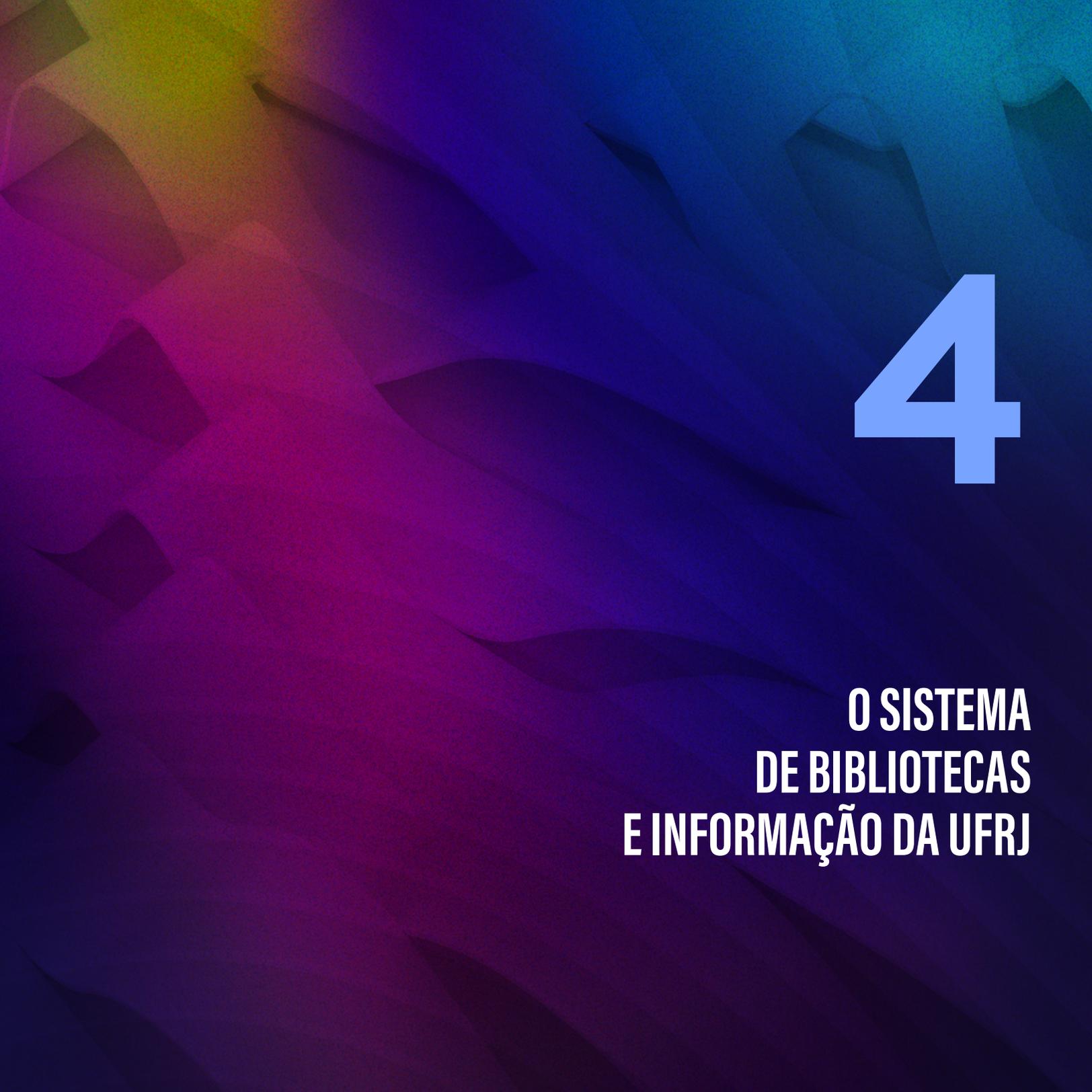
Nesse sentido, cabe citar que para a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão sob a esfera administrativa do antigo Ministério dos Direitos Humanos e atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma ação afirmativa: “Busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo” (Brasil, [2018?]).

Assim, as ações afirmativas são uma forma de inclusão e reparo de danos de governos passados, que, por exemplo, têm levado às universidades públicas nos últimos anos grupos sociais constituídos por jovens negros, filhos de agricultores, indígenas e atualmente, também jovens com alguma limitação ou deficiência.

No contexto das universidades brasileiras, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou sua política de ação afirmativa primeiramente para alunos oriundos de escolas públicas em 2011, por meio da seleção do Enem. Sobre o primeiro ano de recepção dos alunos com deficiência ingressantes do Programa de Ações Afirmativas da UFRJ, o *site* da Coordenadoria de Comunicação Social da universidade publicou:

No início de julho, a UFRJ recepcionou novos alunos para iniciar mais um semestre. Mas esse período de matrícula teve um gosto especial. A Universidade recebe pela primeira vez estudantes com deficiência por meio de ações afirmativas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017).

Ressalta-se que a UFRJ é a maior universidade federal do país e se encontra entre as mais conceituadas do mundo, com um corpo discente constituído por mais de 67 mil estudantes. Ao todo a Universidade possui 45 bibliotecas localizadas em quatro de seus *campi* (Cidade Universitária, Praia Vermelha, Macaé, Xerém), além de outras existentes fora dos mesmos.



4

**O SISTEMA
DE BIBLIOTECAS
E INFORMAÇÃO DA UFRJ**

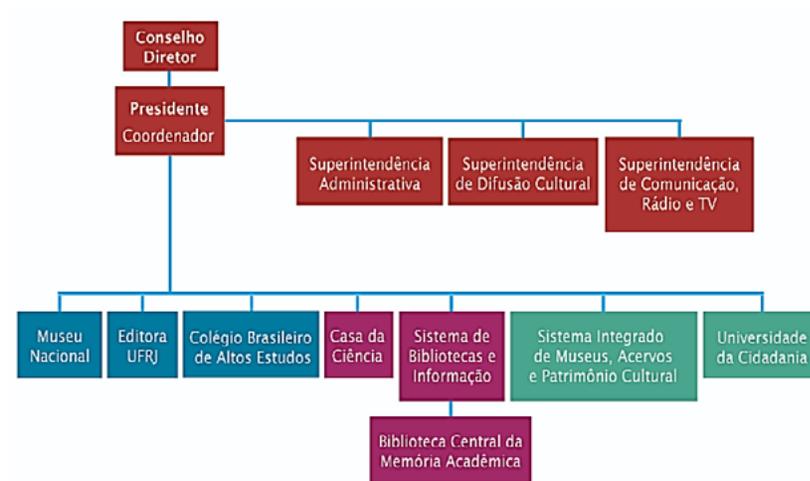
O Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) é a instituição que gerencia e coordena dezenas de bibliotecas e um centro de documentação da UFRJ. Pertencente ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC), o SiBI está localizado no campus da Praia Vermelha, no bairro da Urca. O Sistema de Bibliotecas e Informação é um órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura. A página principal do *site* do SiBI e sua localização no organograma da estrutura do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ são apresentadas, respectivamente, nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 - Site do SiBI



Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro ([201-?]).

Figura 3 - O SiBI na estrutura do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ



Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro ([201-?]).

Criado em 1983, o Sistema de Bibliotecas e Informação tem como objetivo atuar:

Como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus membros, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos. As bibliotecas que integram o SiBI, são gerenciadas também através da coleta de dados anuais para a base BAGRE (Base Gerencial), a partir da qual, tem subsídios para avaliar o desenvolvimento e o desempenho das bibliotecas, assim como também de identificar as necessidades de pessoal, acervo e infraestrutura que serão atendidas pelos recursos orçamentários que dispõe e por projetos e editais que participa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, [201-?]).

O SiBI conta com uma equipe de bibliotecários que atuam em frentes relacionadas ao gerenciamento, ao treinamento e ao acompanhamento das práticas profissionais. A equipe do Sistema

de Bibliotecas e Informação é formada por: coordenação, secretaria, Divisão Centro Referencial, Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas, Divisão de Memória Institucional e pela Divisão de Processamento Técnico.

Os dados gerenciais do primeiro semestre de 2019 apontam que os recursos humanos das 45 bibliotecas coordenadas pelo SiBI são compostos por: um arquivista, um historiador, um museólogo, assistentes administrativos, auxiliares administrativos, auxiliares de biblioteca, bolsistas/estagiários e, em sua grande maioria, por bibliotecários como é observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Recursos humanos das bibliotecas

Funções	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Arquivista	5	4	3	3	1	1
Assistente administrativo	-	-	-	-	50	48
Auxiliar administrativo	-	-	-	-	25	18
Auxiliar - biblioteca	-	29	57	58	57	63
Bibliotecário	219	221	239	228	224	231
Bolsista/Estagiário	55	30	19	32	32	34
Historiador	3	3	3	2	1	1
Museólogo	-	1	1	1	1	1
Apoio	29	46	44	42	17	14
Nível médio	83	58	53	60	8	10
Sociólogo	5	3	1	4	1	0
Total	399	395	420	430	417	411

Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro [2019].

Ainda que apresente um quantitativo elevado, o número de bibliotecários ainda está muito aquém do cenário ideal das bibliotecas da universidade. Com muitos bibliotecários já com tempo para se aposentar, com a escassez de concursos públicos e o incentivo à terceirização dessa atividade, a situação das bibliotecas se agrava ainda mais. O processamento técnico, a pesquisa bibliográfica e o treinamento em bases de dados são exemplos de atividades e serviços que ficam comprometidos devido à carência desses profissionais nas bibliotecas.

As bibliotecas pertencentes ao Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Bibliotecas da UFRJ por campi

<i>Campi</i>	Bibliotecas
Cidade Universitária	Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS
	Biblioteca Asdrúbal Costa do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Besteira - IPPMG
	Biblioteca do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes - IMPPG
	Biblioteca de Recursos Instrucionais - NUTES
	Biblioteca do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - HU
	Biblioteca da Faculdade de Farmácia
	Biblioteca do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - IESC
	Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN
	Biblioteca do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais - NCE
	Biblioteca Plínio Sussekind Rocha - IF
	Biblioteca Professor Jorge de Abreu Coutinho - IQ
Biblioteca Professor Maurício de Almeida Abreu do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGG	

<i>Campi</i>	Bibliotecas
	Posto de Serviço de Informação do Polo de Xistoquímica
	Biblioteca Professor Leopoldo Nachbin – IM
	Biblioteca Professor Emérito Agrícola Bethlem - COPPEAD
	Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR
	Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras
	Biblioteca Professor Alfredo Galvão da Escola de Belas Artes
	Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes
	Biblioteca Lúcio Costa - FAU
	Biblioteca do Centro de Tecnologia - CT
	Biblioteca de Obras Raras ou Antigas do Centro de Tecnologia
	Biblioteca Paulo Geyer - EQ
	Biblioteca Professor Carlos Alberto Hemais – IMA
	Biblioteca Professor Dirceu de Alencar Velloso - BPDVAV
	Biblioteca do Alojamento
Central de Memória Acadêmica – CMA	
Praia Vermelha	Biblioteca Eugenio Gudín - CCJE
	Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
	Biblioteca do Instituto de Neurologia Deolindo Couto - INDC
	Biblioteca João Ferreira da Silva Filho – IPUB
	Biblioteca Pedro Calmon
Fora dos Campi	Biblioteca Carvalho de Mendonça - FND
	Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos - IFCS
	Biblioteca do Colégio de Aplicação – CAP

<i>Campi</i>	Bibliotecas
	Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS
	Biblioteca do Museu Nacional
	Biblioteca Professor Sílio Vaz do Observatório do Valongo
	Biblioteca Jorge Rezende da Maternidade Escola
	Biblioteca da Escola de Enfermagem Anna Nery
	Biblioteca do Instituto de Ginecologia
	Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música
Macaé	Biblioteca Campus UFRJ Macaé Professor Aloisio Teixeira
	Biblioteca Professor Anísio Teixeira - NUPEM
Xerém	Biblioteca do Polo de Xerém

Fonte: Ribeiro (2020).

Observa-se no Quadro 1, um total de 45 bibliotecas categorizadas por *campi* (Cidade Universitária, Praia Vermelha, Macaé, Xerém) abrangendo também as bibliotecas existentes fora dos *campi*, que estão localizadas em diferentes pontos da cidade.

As bibliotecas do sistema dividem-se em seis áreas temáticas distintas: ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, ciências exatas e da terra, ciências da saúde e biológicas, letras e artes, obras raras e memória e outras bibliotecas (que não se encaixam em nenhuma das áreas listadas).

CONTEXTUALIZANDO AS BIBLIOTECAS DO SIBI

O pensamento de que “a biblioteca universitária é um órgão vital para o desenvolvimento da informação e das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Os desafios..., 2017) vai ao encontro às atividades de selecionar e adquirir materiais informacionais para compor seus acervos e, assim, subsidiar os três pilares da universidade, ensino, pesquisa e extensão.

O acervo das 45 bibliotecas do SiBI é composto por: monografias (livros, obras de referências, normas técnicas, partituras), livros eletrônicos, multimeios (filmes, fotografias, mapas, livros em braile), objetos tridimensionais, obras raras, periódicos científicos e teses e dissertações.

A Tabela 2 apresenta o acervo acumulado das bibliotecas do sistema entre os anos 2016 e 2018.

Tabela 2 - Acervo acumulado das bibliotecas

Tipo	2016		2017		2018	
	Títulos	Número	Títulos	Número	Títulos	Número
Monografias	991.614	1.196.144	1.007.696	1.211.014	1.009.878	1.229.223
Livros eletrônicos	29.151	29.151	29.490	29.490	30.753	30.753
Multimeios	17.195	34.063	17.019	34.349	17.100	33.258
Objetos tridimensionais	1.107	1.107	1.032	1.032	1.035	1.035
Obras raras	24.390	32.517	23.646	29.408	38.150	46.831
Periódicos	40.275	1.923.149	40.169	1.854.387	37.892	1.821.949
Teses e Dissertações	173.660	195.020	161.583	180.013	169.590	187.399
Total	1.277.392	3.411.151	1.280.635	3.339.693	1.304.398	3.350.448

Fonte: Ribeiro (2020, adaptado de Universidade Federal do Rio de Janeiro ([2019])).

O tipo de material que mais predomina na totalidade das bibliotecas são as monografias, que no ano de 2017 atingiu a marca de um milhão de títulos registrados. Em segundo lugar com mais de 150 mil títulos registrados estão as teses e dissertações, em terceiro lugar estão as obras raras e na quarta posição como o tipo de material mais presente nas bibliotecas estão os periódicos científicos.

O SiBI deu início à aquisição de livros eletrônicos tardiamente, apenas no ano de 2007. Evidencia-se que não houve processos de compra para esse tipo de material no último ano, devido à carência de recursos financeiros. Segundo Ribeiro (2016), os livros eletrônicos:

São importantes porque tornam o acesso à informação mais rápido e menos dispendioso para os usuários com deficiência. O próprio Ministério da Educação estimula a demanda por *e-books* nas universidades, permitindo que parte da bibliografia básica dos cursos esteja em formato digital nas bibliotecas de instituições de ensino superior (Ribeiro, 2016, p. 45).

Cabe salientar que, atualmente, a aquisição de livros eletrônicos é fundamental para o aprimoramento do rendimento acadêmico, principalmente dos estudantes cegos ou com baixa visão que encontram muitos entraves no acesso à informação nos livros físicos. Entre os entraves mais comuns estão o pequeno número de títulos disponíveis para empréstimo e o dispêndio de tempo para digitalizar o conteúdo deles.

Todo o acervo registrado e catalogado pelos bibliotecários do sistema de bibliotecas pode ser buscado no catálogo eletrônico de acesso público Minerva, onde os usuários das bibliotecas podem consultar, reservar e renovar os títulos já emprestados.

USUÁRIOS INSCRITOS, SERVIÇOS E PRODUTOS

O tipo de usuário que mais predomina nos cadastros nas bibliotecas da UFRJ são os alunos de graduação. Em menor número estão os alunos de pós-graduação, professores e técnicos-administrativos da universidade. Alunos da educação básica (com autorização) e até mesmo bibliotecas pertencentes a outras instituições de ensino superior podem ser cadastrados para ter acesso aos serviços prestados pela respectiva biblioteca. Os dados gerenciais de 2018 indicam mais de vinte e nove mil pessoas cadastradas e identificam apenas vinte e seis pessoas com alguma deficiência inscritas nas bibliotecas do sistema no respectivo ano (Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2019]).

De acordo com Jesus e Cunha (2012, p. 114), “os processos realizados nas bibliotecas estão interligados, fazendo com que um setor se complemente ao outro, no intuito de gerar os produtos e serviços para atender ao seu objetivo final, o usuário”. Cada biblioteca da UFRJ tem sua missão, público-alvo, manual de procedimentos e a oferta de serviços e produtos próprios de sua unidade.

Os serviços e produtos disponibilizados por parte das bibliotecas são: o empréstimo domiciliar, a consulta local, o empréstimo entre bibliotecas, levantamento bibliográfico, comutação bibliográfica, treinamento em bases de dados, elaboração de ficha catalográfica, disseminação seletiva da informação, normalização de documentos, visita guiada e exposição de novas aquisições e emissão de nada consta.

Os dados gerenciais de 2018 trazem informações sobre dois serviços prestados pelas bibliotecas no respectivo ano, quando foram realizadas mais de oitenta e oito mil consultas locais e mais de cento e cinquenta mil empréstimos domiciliares nas bibliotecas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2019]).

EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE

Algumas bibliotecas do sistema contam com equipamentos que viabilizam a busca e o uso da informação dos usuários com deficiência. Tais equipamentos são voltados especificamente para os usuários com deficiência visual (cegos e com baixa visão) como podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 - Equipamentos de acessibilidade

Equipamentos	Quantidade
<i>Software</i> de leitura (baixa visão)	8
Lupa	6
Fone de ouvido	5
Teclado virtual	3
Impressora térmica	2
Impressora braile	1
Máquina de datilografia braile	1
Microcomputador acessibilidade	1
Sistema de voz	1

Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro ([2019]).

O equipamento de acessibilidade que prevalece nas bibliotecas é o *software* de leitura para pessoas com baixa visão. Esse *software* funciona como um ampliador de telas para a utilização do computador pelas pessoas com baixa visão. Posteriormente, tem-se a lupa, o fone de ouvido, o teclado virtual e a impressora térmica.

Os dados gerenciais ainda contabilizam a existência de: uma impressora braile, uma máquina de datilografia braile, um microcomputador acessibilidade e um sistema de voz. A carência

de equipamentos e de tecnologia assistiva que viabilize a pesquisa torna a rotina do estudante com deficiência mais onerosa. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, tecnologia assistiva ou ajuda técnica são:

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2000).

Assim, tecnologias nacionais e *softwares* livres, como o Dosvox e o NVDA respectivamente, cumprem o papel de subsidiar as práticas acadêmicas desses alunos e não requerem recursos orçamentários para aquisição. O Dosvox é um sistema operacional que foi desenvolvido para que pessoas com deficiência visual utilizassem o computador e o NVDA é um programa leitor de telas, desenvolvido também para incluir digitalmente pessoas com alguma ou total limitação visual (Ribeiro, 2016). Sendo assim, sistemas como o SiBI da UFRJ urgem atenção para a acessibilidade das bibliotecas.



5

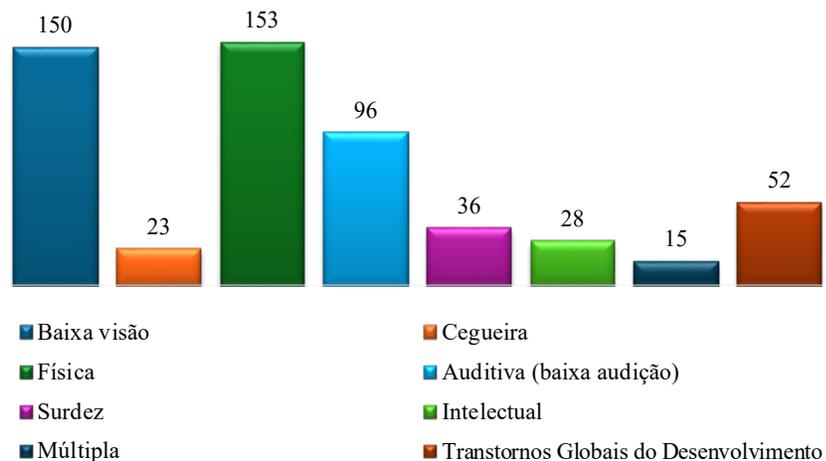
**OS DISCENTES DA UFRJ
COM DEFICIÊNCIA
OU TRANSTORNOS GLOBAIS
DO DESENVOLVIMENTO**

Para apresentar a atual conjuntura dos discentes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento da UFRJ, a autora do trabalho que deu origem a este livro disponibiliza dados fornecidos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) aos quais teve acesso no mês de setembro de 2019. Tais dados divulgados pelo e-SIC contêm informações relativas ao:

- a. Total do alunado com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento na UFRJ;
- b. Quantitativo dos estudantes com deficiência da UFRJ por nível de formação acadêmica;
- c. Número de estudantes que ingressaram na UFRJ por meio de cotas para pessoas com deficiência.

O primeiro levantamento apontou o número de estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa na universidade como pode ser verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Estudantes com deficiência e estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa na UFRJ



Fonte: Brasil (2019).

Segundo informações obtidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (Brasil, 2019), existem 501 estudantes com deficiência na UFRJ. O tipo de deficiência que mais predomina entre os discentes da universidade é a deficiência visual com 150 alunos com baixa visão e 23 estudantes com cegueira. Em segundo lugar, está a deficiência física com o quantitativo de 153 estudantes e em terceiro lugar como o tipo de deficiência que mais prevalece entre os discentes está a deficiência auditiva com 96 estudantes com baixa audição e 36 com surdez. Em menor números estão as deficiências intelectual e múltipla, com 28 e 15 estudantes, respectivamente.

A universidade conta com 52 estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento, mais especificamente, discentes que têm Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Asperger, Síndrome de RETT e Transtorno Desintegrativo da Infância (Brasil, 2019).

O segundo levantamento indicou o número de estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento em relação ao nível de formação acadêmica (graduação, especialização, residência, mestrado e doutorado) como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Discentes com deficiência e discentes com Transtornos Globais do Desenvolvimento por nível de formação acadêmica

Tipo	Nível de formação acadêmica					Total
	Graduação	Especialização	Residência	Mestrado	Doutorado	
Baixa audição	86	1	-	2	7	96
Baixa visão	139	1	-	4	6	150
Cegueira	22	1	-	-	-	23
Física	146	1	1	4	1	153
Intelectual	27	-	-	1	-	28

Tipo	Nível de formação acadêmica					Total
	Graduação	Especialização	Residência	Mestrado	Doutorado	
Múltipla	15	-	-	-	-	15
Surdez	35	-	-	-	1	36
Transtornos Globais do Desenvolvimento	49	1	-	2	-	52
Total	519	5	1	13	15	553

Fonte: Brasil (2019).

Assim, de acordo com as informações fornecidas pelo e-SIC, a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui ao todo 553 estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa em 2019. A grande maioria deste alunado, 519 pessoas são estudantes de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), o que corresponde a 94% do todo. A deficiência que mais predomina entre os discentes de graduação, é a deficiência visual com o quantitativo de 161 estudantes (baixa visão e cegos). Em segundo lugar, temos os estudantes de graduação com deficiência física com o quantitativo de 146 pessoas.

Em cursos de especialização, o quantitativo é de cinco discentes. Dentre todos os cursos de residência médica da universidade tem-se apenas um estudante com deficiência física. Nos cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado tem-se o quantitativo de 13 e 15 discentes, respectivamente.

Outro dado pertinente refere-se ao quantitativo de estudantes com deficiência que ingressaram na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência, implementado por meio de uma política de ação afirmativa em 2017.

Segundo informações obtidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, 76 estudantes ingressaram na UFRJ por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência. Lembrando, que alguns alunos com deficiência ingressaram na universidade por ampla concorrência ou por meio das outras opções do sistema de cotas: escolar, racial e renda.

6

PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado à apresentação da metodologia norteadora deste estudo avaliativo. Inicialmente é apresentada a abordagem avaliativa adotada no estudo e a questão avaliativa a ser respondida. Em sequência, são estabelecidas as dimensões de acessibilidade consideradas neste estudo e os critérios adotados no processo avaliativo, os instrumentos de coleta de dados, incluindo seus processos de elaboração, aplicação e validação e, por fim, a delimitação do estudo.

ABORDAGEM AVALIATIVA

Sobre a importância da avaliação, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 57) ponderam que:

A avaliação serve para identificar pontos fortes e fracos, destacar o que é bom e expor defeitos, mas não pode, sozinha, corrigir problemas, pois esse é o papel da administração e de outros responsáveis, que podem usar as conclusões da avaliação como instrumento de ajuda nesse processo. A avaliação tem um papel a cumprir no sentido de esclarecer seus consumidores e pode ser usada para muitas outras coisas.

Os mesmos autores descrevem a avaliação como uma disciplina emergente, relativamente jovem. Apresentam os interessados na avaliação como pessoas que diferem muito em suas visões sobre o que ela é, trazendo em seus pensamentos concepções diferentes do que devem fazer na condução de um processo avaliativo. No entanto, definem que a avaliação deve seguir o modelo de uma determinada abordagem, classificando para tal, essas abordagens em seis principais categorias: centradas em objetivos, centradas na administração, centradas no consumidor, centradas em especialistas, centrada no adversário e centradas nos participantes (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004).

Adotou-se neste estudo a abordagem avaliativa centrada nos consumidores, uma vez que o seu objetivo é avaliar a acessibilidade das bibliotecas da UFRJ à luz do que pensam seus usuários com deficiência, integrantes de seu corpo discente. Esta abordagem de avaliação caracteriza-se “por conduzir o processo avaliativo a partir da perspectiva do público a quem importa conhecer suas opiniões e julgamentos” (Jardim, 2014, p. 32), buscando “conhecer basicamente a satisfação ou insatisfação de um determinado grupo de consumidores em relação a um produto ou serviço” (Brasil, 2014, p. 13). Dessa forma, o propósito foi o de ouvir discentes com deficiência, consumidores dos serviços disponibilizados bibliotecas da UFRJ, à luz do que pensam como usuários dos citados serviços.

Espera-se que ao fim do estudo seja possível identificar, por exemplo, as dificuldades arquitetônicas que só os estudantes cadeirantes ou muletantes conseguem apontar, os entraves na comunicação que um estudante surdo pode relatar, entre outros aspectos relacionados à acessibilidade das bibliotecas da UFRJ.

QUESTÃO AVALIATIVA

De acordo com Vilarinho e Silva (2015, p. 411): “Qualquer estudo avaliativo só pode ser levado a cabo se tiver um objetivo e/ou questões avaliativas que orientem o processo de coleta de dados e análise de resultados”. A pergunta avaliativa funciona como um fio condutor, de forma que a avaliação não saia da direção trilhada no objetivo do estudo.

Chianca, Marino, Schiesari (2001, p. 34) afirmam que:

Avaliações são conduzidas para responder a perguntas que devem gerar as informações necessárias para basear o julgamento do valor de alguma coisa. A falta de

perguntas avaliativas faz com que a avaliação não tenha um foco definido, podendo comprometer significativamente o sucesso do trabalho.

Dessa forma, para atingir o objetivo proposto neste estudo, foi definida uma questão que norteará a condução de toda avaliação. Assim sendo, ao final do estudo pretende-se responder à seguinte questão avaliativa:

Segundo a ótica dos estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, em que medida as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ atendem às dimensões de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, instrumental, atitudinal, informacional e ao mobiliário e equipamentos, definidas por Sasaki (2009) e por Nicoletti (2010)?

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE: CONCEITUAÇÕES DE SASSAKI E NICOLETTI

O tema acessibilidade vem despertando a curiosidade acadêmica de vários estudiosos na sociedade contemporânea. A palavra acessibilidade expressa um conjunto de dimensões diversas, integradas entre si e fundamentais no sentido de que seu conceito presente, de fato, um processo efetivo na inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência, temporária ou permanente.

No sentido de contribuir para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva, Sasaki (2009), consultor de inclusão social, idealizou seis dimensões para a acessibilidade. Para o citado autor, a inclusão social por meio da melhoria da acessibilidade em locais públicos possui a finalidade de possibilitar às pessoas com deficiência, além da melhoria no acesso às edificações, à melhoria

da empregabilidade, melhores condições de educação e lazer, além do gozo do direito à equidade em relação às demais pessoas.

Na primeira dimensão, denominada pelo autor como Acessibilidade arquitetônica, o espaço idealizado é um lugar sem obstáculos físicos, ambientais ou não, considerando as casas, os edifícios, os espaços ou equipamentos urbanos e os meios de transporte individuais ou coletivos. Nessa dimensão, considerando o espaço educacional, o autor afirma ser importante a

Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.) (Sasaki, 2009, p. 3).

A segunda dimensão é denominada Acessibilidade comunicacional, definida como a não existência de barreiras na comunicação interpessoal, seja ela falada, escrita ou virtual. Nesses aspectos, pode-se incluir a Língua Brasileira de Sinais (Libras), as publicações em braile e a acessibilidade nos *websites*. Nesse aspecto, também considerando o campo educacional, o autor afirma ser importante a existência de

Ensino de noções básicas da Língua de Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc. (Sasaki, 2009, p. 3).

A terceira dimensão, denominada pelo autor de Acessibilidade metodológica, são idealizados espaços sem barreiras nos métodos

e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária social, cultural, artística, de lazer, e de educação familiar. Nesse ponto, Sasaki (2009, p. 4-5) lembra que:

Segundo a Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos princípios da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art. 206, I e II), incluindo, portanto, o acesso às bibliotecas. Sistema que facilite aos usuários cegos e com deficiência física a busca de livros e outros materiais de leitura e pesquisa.

Na quarta dimensão, chamada de Acessibilidade instrumental, é enfatizado a obrigatoriedade de não haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer. Nessa dimensão, Sasaki (2009, p. 5) evidencia que: “as bibliotecas deverão possuir livros em braille, produzidos pelas editoras de todo o Brasil. Dispositivos que facilitem anotar informações tiradas de livros e outros materiais, manejar gavetas e prateleiras, manejar computadores e acessórios etc.”

A quinta dimensão, a Acessibilidade programática, refere-se a ambientes sem o que o autor definiu como barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, materializadas em forma de leis, decretos, portarias, além de normas ou regulamentos institucionais, empresariais etc. Em relação à essa dimensão, Sasaki (2009, p. 5) considera ser importante que se faça:

Revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da escola, a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar. Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca.

Por fim, na sexta dimensão, denominada por Sasaki (2009, p. 6) de Acessibilidade atitudinal, o espaço social é definido como um ambiente onde não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, pois segundo afirma, esse tipo de contexto, considerando o campo educacional:

Melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo.

Dessa forma, depreende-se que a inclusão vai muito além da construção de rampas e pisos táteis em escolas, instituições bancárias, prédios públicos e espaços culturais. Ela também está (ou pelo menos deveria estar) presente na audiodescrição dos filmes em cartaz nos cinemas, nas legendas dos programas de televisão, nos livros em braille e nos audiolivros cedidos às bibliotecas das escolas públicas.

Cabe destacar que audiodescrição para Alves e Araújo (2016, p. 35) consiste em “um recurso de acessibilidade que visa tornar o teatro, o cinema, a TV, bem como obras de arte visuais, acessíveis às pessoas com deficiência visual”. Já na concepção de Farias (2012, p. 33), o audiolivro “é considerado um livro em áudio, o qual permite aos usuários autonomia, agilidade, versatilidade e inclusão social”.

Por isso, com o objetivo de viabilizar a independência e promover a inclusão das pessoas com deficiência, considera-se relevante que se observe as dimensões de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) idealizadas por Sasaki (2009) na implementação de um projeto ou programa de acessibilidade.

Com o objetivo de elaborar um instrumento para avaliar a acessibilidade do espaço, dos recursos materiais, do acervo e do

atendimento prestado pelos funcionários das bibliotecas para com os usuários com deficiência, considerou-se o pensamento de Nicoletti (2010) que idealizou duas dimensões específicas para avaliar a acessibilidade em bibliotecas para pessoas com deficiência.

A primeira dimensão, chamada de Acessibilidade à informação, diz respeito a disponibilização das obras impressas em meio digital ou tátil e do acesso ao *site* e ao catálogo eletrônico das bibliotecas de maneira exequível e de fácil compreensão.

A segunda dimensão, denominada de Acessibilidade ao mobiliário e equipamentos, refere-se à disposição e arranjo de terminais para consulta, balcão de atendimento, mesas de estudo, cadeiras para uso nas mesas e estantes, de forma que ambos viabilizem a autonomia necessária no uso de tais equipamentos, pelas pessoas com alguma limitação ou deficiência.

Considerando tais dimensões concebidas especificamente no âmbito das bibliotecas, Nicoletti (2010, p. 47) relata:

Inicialmente, a proposta de elaboração do *checklist* teve como base seis categorias de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), entretanto, durante a análise dos documentos, verificou-se que as mesmas não atendiam à complexidade de questões abarcadas pela acessibilidade no contexto das bibliotecas. Dessa forma, foram identificadas e incluídas duas categorias: acessibilidade à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos.

As bibliotecas que não contemplam em seus planejamentos, iniciativas inclusivas voltadas para as pessoas com deficiência negligenciam a democratização do acesso à informação desses indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO: CATEGORIAS E INDICADORES

O quadro de critérios adotados na avaliação foi construído no sentido de contemplar as dimensões de acessibilidade das bibliotecas consideradas neste estudo, sendo as quatro primeiras dimensões definidas por Sasaki (2009) e as duas últimas definidas por Nicoletti (2010). Considerou-se apenas quatro das seis dimensões de acessibilidade de Sasaki (2009), tendo como único propósito identificar por meio das respostas dos entrevistados, iniciativas e/ou intervenções (instalação de elevadores, adaptação de banheiros, treinamentos no uso de *softwares* leitores de tela, cursos de capacitação em LIBRAS para bibliotecários e demais profissionais das bibliotecas, etc.) que subsidiem o acesso à informação e promovam a inclusão dos estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento nas bibliotecas da UFRJ.

O Quadro 2 é constituído por categorias e indicadores da avaliação. As dimensões definidas por Sasaki (2009) e por Nicoletti (2010) são aqui denominadas categorias, sendo expostas a seguir com suas principais características:

- a. **Acessibilidade Arquitetônica:** refere-se às condições físicas do espaço interno e externo da biblioteca, assim como da existência de banheiros adaptados.
- b. **Acessibilidade Comunicacional:** compreende a transmissão de uma informação ou ideia de maneira inclusiva para as pessoas com alguma deficiência ou limitação.
- c. **Acessibilidade Instrumental:** faz alusão ao uso de ferramentas e *softwares* que funcionem como facilitadores da aprendizagem.

- d. **Acessibilidade Atitudinal:** preconiza o atendimento sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação para com o usuário com deficiência.
- e. **Acessibilidade à Informação:** aborda a disponibilização de materiais bibliográficos em formato de áudio e/ou tátil, assim como o acesso à *sites* e catálogos eletrônicos das bibliotecas de maneira descomplicada.
- f. **Acessibilidade ao Mobiliário e Equipamentos:** trata da acomodação e disposição de móveis e computadores.

Quadro 2 - Categorias e indicadores da avaliação

Categorias (Acessibilidade)	Indicadores
Arquitetônica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições de acessibilidade no entorno da biblioteca ▪ Condições de acessibilidade no estacionamento da biblioteca ▪ Condições das rampas de acesso às instalações da biblioteca ▪ Condições de acessibilidade da porta de entrada da biblioteca ▪ Condições de locomoção no interior da biblioteca ▪ Condição de acessibilidade dos sanitários da biblioteca
Comunicacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de sinalização tátil ▪ Existência de sinalização sonora
Instrumental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de scanner, lupas, impressora braile ▪ Existência de computadores com Dosvox ▪ Existência de computadores com leitores de tela e ampliadores de tela
Atitudinal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento com naturalidade ▪ Funcionários que compreendam LIBRAS ▪ Funcionários que compreendam braile

Categorias (Acessibilidade)	Indicadores
À informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de e-books ▪ Existência de obras em braille ▪ Recursos de acessibilidade no site da biblioteca ▪ Recursos de acessibilidade no catálogo eletrônico
Ao mobiliário e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de balcões de atendimento acessíveis ▪ Condições das mesas para estudo ▪ Condições das cadeiras para estudo ▪ Existência de terminais de consulta acessíveis ▪ Condições de manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes

Fonte: Ribeiro (2020).

Cabe ressaltar que a construção do Quadro de Categorias e indicadores teve por base, além dos estudos realizados por Sasaki (2009) e Nicoletti (2010), estudos em literatura especializada sobre o tema da acessibilidade, além de consultas em instrumentos legais sobre o assunto.

Após a definição das categorias e indicadores iniciou-se a elaboração dos instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo que, em função de suas características metodológicas, ficou decidido pela:

- a. aplicação de um questionário para todos os estudantes com deficiência da UFRJ;
- b. realização de entrevistas semiestruturadas com um grupo limitado de estudantes com deficiência, matriculados em cursos da UFRJ e, também, com servidores bibliotecários do sistema de bibliotecas da universidade.

Assim sendo, observa-se que os participantes deste estudo avaliativo são pessoas com deficiência, usuários das bibliotecas da UFRJ com matrícula ativa em cursos de graduação ou pós-graduação da Universidade e um grupo de quatro bibliotecários do SiBI.

Pelo fato de a UFRJ receber pessoas com múltiplas deficiências, a opção por convidar a colaborar com este estudo avaliativo estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento, deveu-se as especificidades dos contextos atualmente presentes nas bibliotecas da Universidade.

OS INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

No processo de coleta de dados para a realização deste estudo, optou-se pela realização de uma investigação com um olhar inspirado nas abordagens quantitativa e qualitativa, por meio dos recursos da aplicação de questionário e da realização de entrevistas a atores relevantes dos contextos da avaliação realizada. Para tal, recorreu-se aos respondentes: estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento e bibliotecários do sistema de bibliotecas da UFRJ. Nesse sentido, procurou-se enquadrar adequadamente o objetivo do estudo ao grupo social investigado.

O QUESTIONÁRIO

A utilização de um questionário no processo de coleta de dados deste estudo deveu-se a suas características peculiares de ser um instrumento que traz a possibilidade de se contemplar um considerável número de questões sobre o que se deseja conhecer. Com isso, foi possível considerar todos as indagações necessárias a se conhecer, de um modo abrangente, dados relevantes sobre as categorias estipuladas no Quadro de Categorias e indicadores e, onde se encontram presentes os critérios desta avaliação. Esse tipo de instrumento de pesquisa contempla uma série de perguntas, fechadas e abertas, para serem respondidas por um grupo de pessoas que detenha conhecimento relevante sobre o objeto de investigação.

É objetivo, com um dimensionamento limitado em relação ao número de questões, e contém instruções esclarecedoras sobre seu preenchimento e o objetivo que se procurou alcançar no estudo realizado.

Gil (2010) pondera que esse tipo de instrumento deve ser elaborado pressupondo-se a tradução dos objetivos do estudo, abordando questões peculiares ao que se deseja conhecer. As questões devem ser selecionadas acondicionadas à natureza dos dados que se deseja obter, devendo-se a ter especial atenção aos níveis social e cultural dos respondentes.

A utilização desse instrumento apresenta algumas vantagens que podem ser resumidas como: um maior alcance, considerando o número de respondentes; facilidade na aplicação, tendo em vista os canais eletrônicos atualmente disponíveis que muito ajudam em relação a outros métodos; maior liberdade em relação às respostas com garantia de anonimato aos respondentes; pouca ou nenhuma exposição dos respondentes em relação ao investigador; e possibilita uma maior uniformidade na avaliação, pois é um instrumento de natureza impessoal (Lakatos; Marconi, 2001; Gil, 2010).

O questionário utilizado neste estudo foi elaborado com quinze questões fechadas e quatro questões abertas que foram respondidas por um grupo de pessoas que detém conhecimentos relevantes sobre o objeto investigado. Em determinadas questões, o respondente, baseado na Escala de Likert, expressava seu grau de concordância com a respectiva afirmativa nos seguintes níveis: Concordo totalmente, Concordo parcialmente, Indiferente, Concordo parcialmente e Discordo totalmente. Para o julgamento da acessibilidade dos indicadores estabelecidos pela avaliadora, foram definidas as seguintes categorizações: Acessível, Parcialmente acessível, Inacessível e Não se aplica.

Foi formulado integralmente por meio da ferramenta Google Formulários devido a familiaridade de uma das autoras do livro com o contexto das bibliotecas da UFRJ. Sua aplicação se deu por meio

eletrônico a 376 estudantes. Numa primeira fase, foi solicitado que os alunos respondessem o instrumento no período de 22 de outubro de 2019 a 3 de novembro de 2019. Devido à baixa adesão de participantes, um segundo contato foi realizado pela avaliadora do estudo a fim de informar sobre o novo prazo para preenchimento do questionário que ficou para o dia 06 de novembro de 2019. Esta segunda fase possibilitou o engajamento de mais respondentes e ao final do período estipulado foram recebidos um total de 39 questionários.

AS ENTREVISTAS

A entrevista se institui em um excelente método de levantamento de dados, por admitir uma interação direta entre entrevistador e o entrevistado para a obtenção particularizada sobre o que se está estudando (Oliveira, 2012). Nos processos de suas realizações, é oportunizado um contato direto e pessoal por meio da interação de elementos verbais, o que é dito, e o não-verbais o que é interpretado por meio da observação da linguagem corporal. Para isso, o investigador estimula o respondente com o objetivo de se obter pormenores e particularidades em relação às questões formuladas (Damasceno; Silva; Ramos; Cortez; Bastos, 2014).

Na visão de autores como Gil (2010), Kerlinger e Lee (2000) e Vergara (2000), a entrevista é um processo de interação face a face no qual o entrevistador questiona o entrevistado pontos que se deseja conhecer ou ampliar um conhecimento já existente, objetivando obter respostas pertinentes ao objeto do estudo. Kerlinger e Lee (2000) entendem a entrevista como uma interação em que existe uma relação na qual o entrevistador adquire o papel de instrutor, conduzindo seu rumo, deixando, no entanto, espaço para que o respondente desenvolva o seu próprio papel. Já na perspectiva de Bisquerra (1989, p. 103), a entrevista é “uma conversa entre duas pessoas iniciada pelo entrevistador com o propósito específico de obter informação relevante para uma investigação”.

Neste estudo foram idealizados dois roteiros de entrevista, também pautados nos critérios estabelecidos no quadro de categorias e indicadores, sendo aplicado a dois grupos de respondentes: estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento, discentes da UFRJ e frequentadores de suas bibliotecas e quatro bibliotecários da referida Instituição de Ensino. Os dois grupos responderam roteiros de entrevista semelhantes, pois a finalidade de sua aplicação também se refere aos critérios estabelecidos para nortear o estudo. O propósito foi o de aferir, por meio de diferentes olhares, pensamentos formulados sobre o mesmo fenômeno.

Os roteiros foram aplicados no período 14 de novembro a 7 de dezembro de 2019, tendo a duração média entre 25 e 45 minutos. As respostas foram gravadas em mídia digital, com o consentimento de todos os participantes. Quanto às suas análises, foram realizados estudos e interpretações de seus conteúdos, tendo os resultados dessas interpretações composto o conjunto de análises realizadas. Concomitantemente às análises e interpretações realizadas nas respostas obtidas nas entrevistas, foram também considerados estudos realizados em outras fontes, como as bibliográficas e documentais, de forma a complementar os juízos de valor sobre as respostas obtidas. Nesse sentido, procurou-se seguir o pensamento de Bardin (1988, p. 30) que afirmou:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdos) é um método muito empírico, [...] não existe o “pronto a vestir” em análise de conteúdo [...] A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento.

As análises foram realizadas em sequência aos resultados coletados por meio dos instrumentos, procurando-se, sempre que possível, realizar o cruzamento dos dados que, porventura, estão relacionados às mesmas categorias estipuladas nos critérios estabelecidos para orientar esta avaliação.

VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Seguindo opinião de Dias e Silva (2010, p. 86), “A validade de um constructo, também designada por validade de conteúdo, se refere à lógica e adequação de determinada medida ou estrutura. Nesse momento, devemos indagar se a aplicação do procedimento escolhido gera o resultado desejado.”

Dessa forma, tanto o questionário quanto os roteiros de entrevista, instrumentos de avaliação elencados para a realização desse estudo, foram validados quanto às suas qualidades técnicas por dois especialistas em avaliação, doutores integrantes do corpo docente do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Já as validações de conteúdo foram realizadas por três bibliotecários, sendo o primeiro com experiência em biblioteca universitária, doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia e o segundo e terceiro validadores foram bibliotecárias com experiência em docência em cursos de graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação, ambas doutoras em Ciência da Informação. Assim sendo, ao todo, cinco especialistas validaram os instrumentos.

OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS DO ESTUDO

Na apresentação e análise dos resultados referentes às categorias de acessibilidade e seus respectivos indicadores, seguiu-se o tipo de respostas exigidas às questões do questionário aplicado. Basicamente, essas respostas obedeceram a três padrões diferentes:

- a. Questões em que as respostas são do tipo: Acessível (A), Parcialmente Acessível (PA), Inacessível (I) e Não se Aplica (NA).
- b. Questões em que as respostas são do tipo: Sim (S), Não (N) e Não se Aplica (NA).

- c. Questões em que as respostas são do tipo: Concordo Totalmente (CT), Concordo Parcialmente (CP), Discordo Parcialmente (DP), Discordo Totalmente (DT) e Indiferente (I).

Em todos os casos os critérios de classificação das respostas, em relação ao que se procura conhecer no processo avaliativo, foram classificados em três diferentes níveis: Atende (A), Parcialmente Atende (PA) ou Não Atende (NA).

No primeiro caso, a categoria de acessibilidade é classificada como Atende, quando o número de ocorrências de respostas Acessível foi igual ou maior que 40% do total de respostas e seu somatório com as respostas Parcialmente Acessível foi igual ou maior que 60% do total de respostas referentes à categoria considerada. A categoria é classificada como Parcialmente Atende se o número de ocorrências de respostas Acessível for menor que 40% do total de respostas e o seu somatório com as ocorrências Parcialmente Atendida foi igual ou maior a 60% do total de respostas. Caso o número de ocorrências de respostas Inacessível foi maior ou igual a 40% a classificação da categoria é classificada como Não Atende. Em todos os casos não foram consideradas as repostas referentes às ocorrências Não se Aplica (ou Indiferente), pois, essas respostas se referem a algum respondente cujo tipo de deficiência que possui não se relaciona com o indicador considerado na questão respondida.

No segundo caso, o critério de classificação é bastante semelhante ao do primeiro caso. No entanto as opções de respostas são apenas três, considerando-se para fins de classificação do critério de atendimento somente as opções de respostas Sim e Não. Assim sendo, se o número de ocorrências da resposta Sim for igual ou maior que 70% do total de respostas consideradas, a categoria é considerada como Atende. Caso o número de respostas Sim for maior que 40% e menor que 70%, a categoria é considerada Parcialmente Atende. Se o número de ocorrências Sim for menor ou igual a 40%, a categoria é classificada como Não Atende.

No terceiro caso, e seguindo a mesma linha de raciocínio dos dois primeiros, foi considerado como Atende a categoria cujo somatório das respostas Concordo Totalmente e Concordo Parcialmente for maior ou igual a 60% do total de respondentes. Caso o somatório dessas respostas seja maior que 40% e menor que 60%, a categoria considerada é classificada como Parcialmente Atende. Em qualquer outro caso a categoria é classificada como Não Atende.

Finalmente, nos casos em que o nível de atendimento à categoria ponderar dois diferentes critérios, considerando os três casos abordados, prevalece: (i) se um aspecto for parcialmente atendido e o outro não atendido, a categoria é Não atendida; (ii) se um aspecto for atendido e o outro não atendido ou parcialmente atendido, a classificação da categoria é Parcialmente Atendida.

AS DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

Optou-se por realizar o processo de coleta de dados considerando apenas os estudantes com deficiência e estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento, tendo em vista serem os sujeitos mais aptos para participar do estudo sobre a acessibilidade das bibliotecas. No entanto, com a finalidade de enriquecer e complementar o estudo com dados relacionados à visão da universidade sobre a problemática do estudo, além dos discentes, foram também entrevistados quatro técnicos administrativos pertencentes ao quadro de bibliotecários da UFRJ.

O estudo tem como contexto apenas as bibliotecas do sistema, sendo assim, não foi considerado no estudo o Centro de Documentação de Línguas Indígenas, localizado no Museu Nacional. A Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP) também não foi levada em conta porque o público-alvo deste estudo são apenas discentes do ensino superior.

7

**RESULTADOS
E ANÁLISES**

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos em função da aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Sua estrutura está dividida em três subseções: o questionário com seus resultados e análises, a análise das entrevistas e as considerações finais.

Os dados coletados a partir das respostas dos questionários e dos roteiros de entrevistas estão organizados segundo as seis dimensões de acessibilidade elencadas neste estudo. A apresentação dos resultados segue a seguinte ordem: primeiramente, são apresentados os dados do questionário por meio de tabelas ou gráficos, seguidos por comentários e análises. Caso pertinente, as análises serão seguidas por considerações expostas pelos respondentes nas questões abertas constantes do instrumento.

As respostas às entrevistas realizadas são apresentadas em quadros e seus conteúdos analisados, confrontando-os, sempre que pertinente, com os resultados obtidos em função da aplicação do questionário. Ressalte-se ainda que todos os quadros e tabelas apresentados nesta seção foram elaborados pela autora da dissertação que deu origem à obra.

QUESTIONÁRIO: RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta subseção, inicialmente estão expostos os resultados referentes à caracterização dos respondentes. A seguir são tratadas as demais respostas relacionadas às categorias de acessibilidade e seus respectivos indicadores, considerados neste estudo.

CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A identificação do tipo de deficiência ou síndrome dos respondentes do questionário, pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5 - Discentes respondentes do questionário

Tipo	Quantitativo
Deficiência física	11
Baixa visão	7
Baixa audição	5
Surdez	5
Cegueira	5
Deficiência intelectual	2
Síndrome de Asperger	2
Autismo	1
Deficiência múltipla	1
Síndrome de RETT	0
Surdocegueira	0
Transtorno Desintegrativo da Infância	0
Total	39

Fonte: Ribeiro (2020).

Os questionários foram respondidos por 39 estudantes, o que equivale a um percentual de, aproximadamente, 10% do total de instrumentos enviados ao grupo social alvo do estudo. O grupo dos estudantes com deficiência física predominou no estudo com a participação de 11 respondentes. Em seguida, ficou o grupo de estudantes com visão subnormal ou baixa visão com sete respondentes.

O alunado com baixa audição corresponde a cinco indivíduos, o mesmo quantitativo dos respondentes com surdez. Dois estudantes declararam terem deficiência intelectual e dois estudantes identificaram possuírem Síndrome de Asperger. Apenas um respondente possui Transtorno do Espectro Autista e um estudante possui deficiência múltipla (física e intelectual).

Em relação a faixa etária e nível do curso desses estudantes, tem-se:

Tabela 6 - Distribuição dos estudantes por faixa etária e nível do curso

Faixa etária	Quantitativo de alunos	
	Graduação	Mestrado
Até 20 anos	6	-
21 a 25 anos	20	-
26 a 30 anos	3	1
Acima de 31 anos	9	-
Total	38	1

Fonte: Ribeiro (2020).

Observa-se que mais da metade dos respondentes do questionário (26 estudantes) está na faixa etária até 25 anos. Acima de 26 anos verifica-se 13 ocorrências, sendo que somente um aluno encontra-se realizando uma pós-graduação (Mestrado). Todos os demais respondentes encontram-se realizando cursos de graduação.

O quarto item do questionário indagava sobre quais cursos eram frequentados pelos participantes do estudo (Quadro 3).

Quadro 3 - Distribuição dos estudantes por curso

Curso	Deficiência ou TGD	Quantitativo	Total
Administração	Baixa audição	1	1
Ciência da Computação	Autismo	1	3
	Múltipla	1	
	Baixa visão	1	
Ciências Contábeis	Cegueira	1	1
Comunicação Social - Jornalismo	Baixa visão	1	1
Direito	Física	1	4
	Baixa audição	1	
	Síndrome de Asperger	1	
	Cegueira	1	
Economia	Baixa visão	1	1
Engenharia Ambiental	Intelectual	1	1
Engenharia Civil	Física	1	1
Engenharia de Computação e Informação	Cegueira	1	1
Engenharia Nuclear	Baixa visão	1	1
Farmácia	Baixa audição	1	1
Gastronomia	Baixa visão	1	1
Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social	Baixa audição	1	1
História	Física	1	1
Letras: Português-Inglês	Física	1	1
Licenciatura em Ciências Biológicas	Surdez	1	3
	Baixa visão	2	

Curso	Deficiência ou TGD	Quantitativo	Total
Licenciatura em Dança	Física	1	1
Licenciatura em Educação Artística - Artes Plásticas	Surdez	1	1
Licenciatura em Filosofia	Cegueira	1	1
Licenciatura em Letras: Libras	Surdez	2	2
Licenciatura em Letras: Literatura	Síndrome de Asperger	1	1
Licenciatura em Letras: Português-Literaturas	Cegueira	1	1
Medicina	Física	3	3
Pedagogia	Intelectual	1	1
Psicologia	Física	2	3
	Surdez	1	
Serviço Social	Baixa audição	1	1
Mestrado em Engenharia Elétrica	Física	1	1
Total			39

Fonte: Ribeiro (2020).

O curso de graduação em Direito, com quatro respondentes e os de Ciência da Computação, Licenciatura em Ciências Biológicas, Medicina e Psicologia, com três, foram os que apresentaram maior ocorrência de respostas. Todos os demais cursos apresentaram uma ocorrência, com exceção do curso de Licenciatura em Letras - Libras que teve duas ocorrências de respostas. Percebe-se, assim, que a frequência de estudantes com deficiência apresenta-se distribuída por diversos cursos da UFRJ. Os discentes que frequentam cursos de graduação são o público majoritário participante do estudo.

A Tabela 7 exhibe as bibliotecas frequentadas pelos discentes com deficiência ou TGD participantes do estudo.

Tabela 7 - Bibliotecas frequentadas, mencionadas pelos respondentes

Biblioteca	Menções
Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN	8
Biblioteca do Centro de Tecnologia - CT	6
Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH	6
Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS	5
Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras	5
Biblioteca do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais - NCE	4
Biblioteca Eugenio Gudín - CCJE	3
Biblioteca Carvalho de Mendonça - FND	3
Biblioteca do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes - IMPPG	2
Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos - IFCS	1
Biblioteca Professor Anísio Teixeira - NUPEM	1
Biblioteca Professor Leopoldo Nachbin - IM	1
Biblioteca do Alojamento	1
Biblioteca Professor Emérito Agrícola Bethlem - COPPEAD	1
Biblioteca Professor Dirceu de Alencar Velloso - BPDV	1
Biblioteca Professor Carlos Alberto Hemais - IMA	1
Biblioteca João Ferreira da Silva Filho - IPUB	1
Biblioteca da Faculdade de Farmácia	1
Biblioteca do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - HU	1
Não lembra	1
Não especificou a biblioteca	5
Não frequentou nenhuma biblioteca	4

Fonte: Ribeiro (2020).

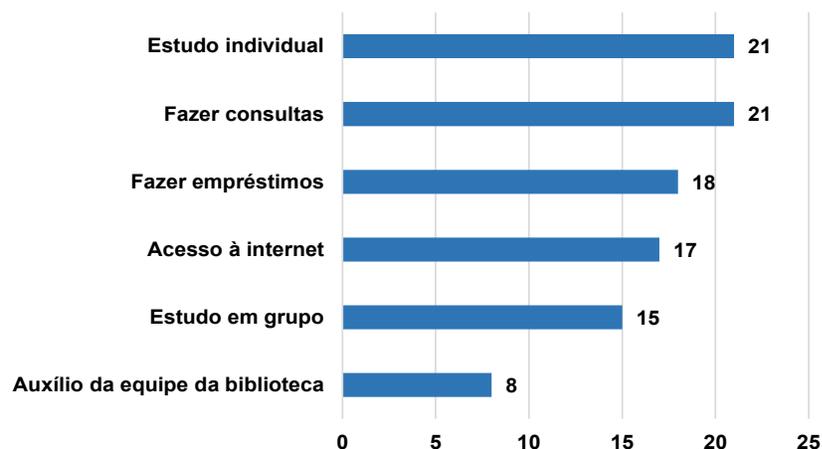
Das cinco bibliotecas mais frequentadas pelos respondentes, quatro localizam-se no campus da Cidade Universitária. São elas: a Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Terra (CCMN), a Biblioteca do Centro de Tecnologia (CT), a Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e a Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras. No campus da Praia Vermelha, a biblioteca mais frequentada pelos participantes do estudo é a Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

As bibliotecas localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Carvalho de Mendonça, pertencente à Faculdade Nacional de Direito (FND), e a Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), também foram mencionadas pelos respondentes. Houve uma ocorrência de resposta referente à Biblioteca Professor Anísio Teixeira, pertencente ao Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM). Nesse aspecto, acrescenta-se que dos 39 respondentes, cinco não especificaram qual biblioteca frequentaram, quatro disseram não frequentaram nenhuma biblioteca e um estudante respondeu que não lembra qual biblioteca frequentou.

Para fins de análise foram excluídas as respostas dos quatro participantes que declararam não terem frequentado nenhuma biblioteca (o questionário era para ser respondido por frequentadores das bibliotecas) e do único estudante que não lembrou qual biblioteca frequentou. Devido a isto, foram excluídos cinco respondentes e a amostra final a ser analisada foi de 34 respondentes.

O Gráfico 2 expõe os motivos pelos quais os discentes frequentam as bibliotecas.

Gráfico 2 - Motivação para a frequência às bibliotecas



Fonte: Ribeiro (2020).

Quanto à motivação para frequentarem as bibliotecas, os respondentes informaram que as visitam, primordialmente, para o estudo individual e para fazer consultas locais (42 ocorrências). As demais ocorrências foram em menor número, destacando-se 15 ocorrências para o estudo em grupo e oito para auxílio da equipe de profissionais da biblioteca. Estas informações sinalizam para o fato de que as bibliotecas são utilizadas basicamente como locais de estudo, e isto por si só, alerta para a questão de tornar estes ambientes acessíveis para o alunado com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento.

No que se refere ao aspecto de se fazer empréstimos, cabe observar que os bibliotecários são responsáveis por divulgar o acervo de suas bibliotecas e por buscarem outros tipos de suporte de informação como livros eletrônicos, audiolivros e livros em braile, o que promoveria a inclusão dos estudantes cegos e com baixa visão, e conseqüentemente, uma vivência acadêmica com mais independência para esses discentes.

Após a caracterização dos respondentes, dá-se início a apresentação e análise dos dados das seis categorias de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, instrumental, atitudinal, à informação e ao mobiliário e equipamentos) atribuídas nesta avaliação.

Resultados da categoria acessibilidade arquitetônica

A categoria Acessibilidade arquitetônica tem seis indicadores: Condições de acessibilidade no entorno da biblioteca, Condições de acessibilidade no estacionamento da biblioteca, Condições das rampas de acesso às instalações da biblioteca, Condições de acessibilidade da porta de entrada da biblioteca, Condições de locomoção no interior da biblioteca e Condições de acessibilidade dos sanitários da biblioteca, cujos resultados encontram-se expresso na Tabela 8.

Tabela 8 - Atendimento à categoria acessibilidade arquitetônica

Indicadores	Condições de acessibilidade			
	A	PA	I	NA
Condições de acessibilidade no entorno da biblioteca	10	17	3	4
Condições de acessibilidade no estacionamento da biblioteca	9	9	6	10
Condições das rampas de acesso às instalações da biblioteca	11	13	4	6
Condições de acessibilidade da porta de entrada da biblioteca	15	15	4	-
Condições de locomoção no interior da biblioteca	14	14	6	-
Condições de acessibilidade dos sanitários da biblioteca	9	8	10	7
Totais	68	76	33	-
		177		

Legenda: A - Acessível; PA - Parcialmente acessível; I - Inacessível; NA - Não se aplica.

Fonte: A Ribeiro (2020).

Em relação aos dados obtidos quanto à categoria Acessibilidade arquitetônica, considerando o número total de 34 respondentes, a Tabela 8 demonstra que o padrão Parcialmente acessível foi evidenciado em dois indicadores: Condições de acessibilidade no entorno da biblioteca, com 17 ocorrências, e Condições das rampas de acesso às instalações da biblioteca, com 13 ocorrências.

Os indicadores Condições de acessibilidade no estacionamento da biblioteca, com nove ocorrências, Condições de acessibilidade da porta de entrada da biblioteca com 15 ocorrências e Condições de locomoção no interior da biblioteca, com 14 ocorrências, obtiveram uma dualidade de respostas Acessível e Parcialmente acessível. O indicador Condições de acessibilidade dos sanitários da biblioteca foi caracterizado como Inacessível por 10 respondentes.

A existência de rampas de acesso às instalações da biblioteca foi um aspecto mencionado pelos estudantes no questionário. A UFRJ possui prédios tombados pelo Patrimônio Histórico, os quais o único acesso se dá pelo uso de escadas. Tal situação é uma agravante para a construção de rampas que facilitem a locomoção de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Em complemento aos dados expostos na Tabela 8, é relevante destacar a observação realizada por dois respondentes que enfatizam a necessidade de se “colocar rampas em todos os locais para melhorar o acesso aos cadeirantes (Respondente 34) e, também, de se “aumentar o espaço físico interno e os acessos em volta da biblioteca para alunos com alguma deficiência física poderem ter um melhor acesso na biblioteca” (Respondente 37).

Para o cálculo geral de atendimento à categoria Acessibilidade arquitetônica, pode-se observar que o somatório que gerou o resultado da resposta Acessível é de 68 ocorrências em um total geral de 177 respostas, ou seja 38,42%. Porém, o seu somatório com as ocorrências Parcialmente Acessível, 76 ocorrências, foi de 144 ocorrências,

ou seja 68,42% do total considerado. Logo a categoria Acessibilidade arquitetônica é classificada como Parcialmente Atendida.

Resultados da categoria acessibilidade comunicacional

A categoria Acessibilidade comunicacional é avaliada por meio de quatro indicadores: Existência de estantes com sinalização quanto ao assunto dos livros, Existência de elevadores com *voice* e indicação dos andares em braile, Existência de piso tátil e Existência de sinalização tátil em braile nas portas, e seus resultados estão expostos na Tabela 9.

Tabela 9 - Existência de itens relacionados à acessibilidade comunicacional

Indicadores	Existência		
	S	N	NA
Existência de estantes com sinalização quanto ao assunto dos livros	18	12	4
Existência elevadores com <i>voice</i> e indicação dos andares em braile	3	24	7
Existência de piso tátil	8	25	1
Existência de sinalização tátil em braile nas portas	4	25	5
Totais	33	86	-
	119		

Legenda: S - Sim; N - Não; NA - Não se aplica

Fonte: Ribeiro (2020).

A Tabela 9 aponta que a resposta “Não” prevaleceu em três dos quatro indicadores da categoria. São eles: Existência elevadores com *voice* e indicação dos andares em braile, com 34 respostas, Existência de piso tátil, com 25 respostas e Existência de sinalização tátil em braile nas portas, também com 25 respostas. Apenas o indicador Existência de estantes com sinalização quanto ao assunto dos livros, com 18 ocorrências de respostas, recebeu mais respostas Sim.

Sobre a dimensão comunicacional, cabe ressaltar os comentários de três respondentes: “devia haver uma sinalização na porta da biblioteca em braille para os alunos que possuem deficiência visual poder identificar e localizar melhor a biblioteca” (Respondente 37), “para deficientes visuais como eu, colocar avisos em Braille de identificação nas portas, avisos indicando o assunto da estante em braille [...]” (Respondente 10) e “colocar tapete para cegos” (Respondente 03).

Considerando o total de respostas obtidas nas três opções, observa-se que aquela que define a não existência de itens relacionados à acessibilidade comunicacional nas bibliotecas da UFRJ, prevalece com o significativo número de 86 ocorrências, representando 72,26% do total de respostas.

Logo, devido, principalmente, a carência de pisos táteis, de sinalização em braille nas portas das bibliotecas e de elevadores com recursos de acessibilidade, é possível afirmar que o nível de atendimento da categoria Acessibilidade comunicacional é classificada como Não Atendida.

Resultados da categoria acessibilidade instrumental

A categoria Acessibilidade instrumental é composta por sete indicadores: Existência de scanner, Existência de lupa, Existência de impressora braille, Existência de computadores com Dosvox, Existência de computadores com leitores de tela (Jaws, NVDA ou outro), Existência de computadores com ampliadores de tela e Existência de computadores com tradutores de português para Língua de Sinais (como VLibras, ProDeaf ou outro), que tem seus resultados expostos na Tabela 10.

O VLibras é “responsável por traduzir automaticamente conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para Libras, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas” (REIS, 2017, p. 123). Semelhante ao VLibras,

a ProDeaf é uma plataforma que oferece soluções gratuitas para a comunidade surda e ouvinte (SILVA, 2014).

Tabela 10 - Existência de itens relacionados à acessibilidade instrumental

Indicadores	Existência		
	S	N	NA
Existência de scanner	10	18	6
Existência de lupa	7	19	8
Existência de impressora braille	5	22	7
Existência de computadores com Dosvox	10	19	5
Existência de computadores com leitores de tela (Jaws, NVDA ou outro)	10	17	7
Existência de computadores com ampliadores de tela	13	16	5
Existência de computadores com tradutores de português para língua de sinais (como VLibras, ProDeaf ou outro)	5	22	7
Totais	60	133	-
	193		

Legenda: S - Sim; N - Não; NA - Não se aplica

Fonte: Ribeiro (2020).

A predominância de respostas Não é evidenciada em todos os indicadores da categoria Acessibilidade instrumental, com destaque para os indicadores Existência de lupa com 19 ocorrências, Existência de impressora braille, com 22 ocorrências e Existência de computadores com tradutores de português para língua de sinais, (como VLibras, ProDeaf ou outro), com 22 ocorrências.

Dois relatos sugerem a adoção do Sistema Dosvox pelas bibliotecas: “Gostaria de lupa, e de ampliadores de tela, além de DosVox e leitores” (Respondente 24). O relato a seguir de um estudante cego dá robustez ao que foi expresso anteriormente: “Nos computadores,

é importante deixar instalado Dosvox e NVDA. O NVDA é mais recomendado, uma vez que é gratuito e leve” (Respondente 10).

Logo, a categoria Acessibilidade instrumental é classificada como Não atendida em função dos critérios de acessibilidade estabelecidos neste estudo.

Resultados da categoria acessibilidade atitudinal

A categoria Acessibilidade atitudinal possui três indicadores: Atendimento com naturalidade, Funcionários que compreendam Libras e Funcionários que compreendam braile, conforme expostos na Tabela 11.

Tabela 11 - Atendimento à categoria acessibilidade atitudinal

Indicadores	Níveis de Concordância				
	CT	CP	I	DP	DT
Atendimento com naturalidade	14	7	6	4	3
Funcionários que compreendam Libras	1	2	13	7	11
Funcionários que compreendam braile	3	2	7	6	16
Totais	18	11	-	17	30
	76				

Legenda: CT - Concordo totalmente; CP - Concordo parcialmente; DP - Discordo parcialmente; DT - Discordo totalmente; I - Indiferente.

Fonte: Ribeiro (2020).

Nessa categoria, considerando as respostas que possuem significância para sua classificação, o número total de ocorrências considerados é 76, descartando-se as respostas classificadas como indiferentes.

O indicador Funcionários que compreendam Libras obteve 18 ocorrências, ou seja, um significativo número de respondentes discorda total ou parcialmente que os funcionários das bibliotecas compreendem a Língua Brasileira de Sinais. O mesmo acontece com indicador Funcionários que compreendam braile, que obteve maior grau discordância de respostas da categoria, 22 ocorrências. Apenas o indicador Atendimento com naturalidade teve elevado grau de concordância entre os respondentes 21 ocorrências, considerando 34 respondentes.

Assim, é possível inferir que os respondentes com deficiência concordam que os funcionários das bibliotecas acolhem as diferenças (físicas, cognitivas e sensoriais) dos estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento de forma natural.

Em complemento aos aspectos abordados nessa categoria, nas respostas da questão aberta dos questionários, um discente com deficiência intelectual relatou a necessidade de:

Fazer na biblioteca um jogo de acessibilidade onde coloca venda nas pessoas que encherca [sic] coloca ar [sic] no lugar das pessoas cegas e coloca pessoas falando língua de sinais tipo jogo se colocando no lugar das pessoas com deficiência interagindo com as pessoas com não tem deficiência acho que seria boa ideia (Respondente 04).

Os resultados obtidos mostraram que as respostas dos alunos que discordam parcial ou totalmente atinge a 47 ocorrências, representando 61,44% do total de respostas consideradas. Já os discentes que concordam parcial ou totalmente atingem a quantia de 29 ocorrências, representando 38,15% do total de respostas consideradas.

Logo, a categoria Acessibilidade atitudinal é considerado como Não Atendida, tendo em vista os critérios estabelecidos neste estudo.

Resultados da categoria acessibilidade à informação

Para o julgamento da categoria Acessibilidade à informação são considerados dois aspectos distintos: o primeiro refere-se à existência, ou não, dos itens considerados na categoria e o segundo, avalia suas condições de acessibilidade. A presente categoria possui cinco indicadores: Existência de e-books, Existência de livros em braile, Existência de audiolivros, Recursos de acessibilidade do site da biblioteca e Recursos de acessibilidade no catálogo eletrônico (Minerva), conforme exposto nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 12 - Existência de itens relacionados à acessibilidade de informação

Itens	Existência		
	S	N	NA
Existência de e-books	13	13	8
Existência de livros em braile	3	19	12
Existência de audiolivros	5	19	10
Totais	21	51	-
	72		

Legenda: S - Sim; N - Não; NA - Não se aplica.

Fonte: Ribeiro (2020).

Nesse primeiro aspecto de apresentação dos resultados, os números apontam que a resposta Não prevaleceu em dois indicadores: Existência de livros em braile, com 19 ocorrências, e Existência de audiolivros, também com 19 ocorrências. O indicador Existência de e-books obteve uma dualidade de respostas, com 13 ocorrências em ambos os casos.

A disponibilização de materiais em formato de áudio ou eletrônico foi sugerida por um respondente, o qual comentou que as bibliotecas deveriam ter “E-books e audiolivros [sic]” (Respondente 24).

No que se refere aos aspectos de acessibilidade dos citados itens, os números obtidos foram os constantes na Tabela 13.

Tabela 13 - Atendimento à categoria acessibilidade à informação

Indicadores	Condições de acessibilidade			
	A	PA	I	NA
Recursos de acessibilidade no site da biblioteca	13	18	3	-
Recursos de acessibilidade no catálogo eletrônico (Minerva)	11	16	7	-
Totais	24	34	10	-
		68		

Legenda: A - Acessível; PA - Parcialmente acessível; I - Inacessível; NA - Não se aplica

Fonte: Ribeiro (2020).

Os números obtidos mostram que o padrão Parcialmente acessível predominou nos indicadores: Recursos de acessibilidade no site da biblioteca 18 ocorrências e Recursos de acessibilidade no catálogo eletrônico (Minerva) com 16 ocorrências. Em uma visão geral, as ocorrências de Parcialmente Atendidos obtiveram um total de 34 ocorrências e aquelas classificadas como Acessível somam 24 respostas.

Realizando um cruzamento dos dados das duas tabelas, pode ser constatado que além da não existência da maior parte dos itens, aqueles disponibilizados nos contextos estudados não obtiveram resultados considerados como satisfatórios.

Assim, os aspectos relacionados à existência de itens de acessibilidade de informação não foram atendidos. Já aqueles relacionados ao atendimento à categoria acessibilidade à informação categoria foram parcialmente atendidos. Logo, essa categoria é classificada como Não Atendida.

Resultados da categoria acessibilidade ao mobiliário e equipamentos

A categoria Acessibilidade ao mobiliário e equipamentos possui cinco indicadores: quatro expressos na Tabela 14 (Condições dos balcões de atendimento, Condições das mesas para estudo, Condições das cadeiras para estudo, Condições dos terminais de consulta) e um no Gráfico 3 (Condições para manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes).

Tabela 14 - Atendimento à categoria acessibilidade ao mobiliário e equipamentos

Indicadores	Condições de acessibilidade			
	A	PA	I	NA
Condições dos balcões de atendimento	21	12	1	-
Condições das mesas para estudo	21	12	1	-
Condições das cadeiras para estudo	19	10	3	2
Condições dos terminais de consulta	11	15	6	2
Totais	72	49	11	-
		132		

Legenda: A - Acessível; PA - Parcialmente acessível; I - Inacessível; NA - Não se aplica

Fonte: Ribeiro (2020).

A Tabela 14 mostra que o padrão Acessível prevaleceu em três indicadores: Condições dos balcões de atendimento com 21 ocorrências, Condições das mesas para estudo, com 21 ocorrências, e Condições das cadeiras para estudo, com 19 ocorrências. O indicador Condições dos terminais de consulta foi caracterizado pelos respondentes como Parcialmente acessível, apresentando 15 ocorrências de respostas. Em todos esses casos foram considerados as respostas para cada indicador, em um total de 34 respondentes.

No entanto, no resultado geral para a categoria, é marcante o número de 72 respondentes que a consideraram como Acessível, 54,54% do total de respostas. Em segundo lugar está a resposta Parcialmente Acessível com 49 do total das ocorrências, ficando a resposta Inacessível com apenas 11 ocorrências.

Os dados obtidos no questionário podem ser corroborados com a seguinte observação:

Para portadores de deficiência Global de desenvolvimento a não existência de cabines individuais de estudo e de tomadas acessíveis para o uso de celulares/notebooks na biblioteca [...] é uma grande falha. Portadores de síndromes como Asperger, por exemplo, frequentemente possuem transtornos comorbidos como o TDAH e não ter equipamentos como os citados precarizam ainda mais o atendimento ao estudante (Respondente 25).

Para as respostas da questão sobre ser possível manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes da biblioteca, dos 34 respondentes do questionário, 16 colocaram que não é possível manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes da biblioteca; 10 respondentes, ao contrário, afirmaram que sim e oito participantes responderam que a situação não se aplicava à sua deficiência. Nesse caso, um dos respondentes do questionário afirmou que “o principal mesmo, é a organização das estantes, de modo que facilite a passagem da cadeira de rodas [...]” (Respondente 10). Ou seja, apesar do atendimento à categoria acessibilidade ao mobiliário e equipamentos ter apresentado um bom resultado, pode-se depreender a necessidade de as estantes das bibliotecas não estarem adequadamente posicionadas para a circulação de cadeirantes.

Logo, considerando que as condições de acessibilidade do atendimento à categoria acessibilidade ao mobiliário e equipamentos foram atendidas e o fato dos aspectos ligados a possibilidade de manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes da biblioteca não ter sido atendido, essa Categoria é classificada como Parcialmente Atendida.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta seção, são apresentadas as análises referentes à aplicação dos roteiros de entrevistas dos dois grupos de participantes deste estudo: o primeiro dos estudantes com deficiência e o segundo dos bibliotecários da UFRJ.

Entrevista com os discentes

Com a finalidade de aprofundar sobre outras questões relevantes sobre o objeto de estudo, optou-se por se realizar entrevistas com os discentes com deficiência da universidade, conforme exposto no Quadro 4.

Quadro 4 - Discentes entrevistados

Estudante	Tipo de deficiência	Curso
E1	Surdez	Ciência da Computação
E2	Baixa visão	Engenharia Nuclear
E3	Cegueira	Licenciatura em Letras: Português-Literaturas
E4	Nanismo	História
E5	Muletante	Comunicação Social - Jornalismo

Fonte: Ribeiro (2020).

O roteiro de entrevistas foi aplicado a cinco pessoas: dois estudantes com deficiência física (muletante e nanismo), um estudante com baixa visão, um estudante surdo e uma estudante cega. A entrevista realizada com o estudante com surdez (E1) foi traduzida por uma intérprete de Libras.

E1 mencionou que a comunicação foi a principal adversidade com a qual se deparou na biblioteca. Sobre esse aspecto, o estudante cita possuir:

Dificuldade, principalmente, em relação à comunicação. A comunicação é sempre feita por troca de mensagens. Se [os funcionários da biblioteca] soubessem se comunicar pela Língua de Sinais seria muito mais fácil.

Quando perguntado sobre que tipo de material facilitaria sua vida acadêmica, E1 tocou em um ponto importante: a barreira informacional. Segundo o estudante, “a L1 do surdo é a Libras e a L2 é a Língua Portuguesa. Então, é mais confortável, é mais claro se fosse algo voltado pra Libras”. Para fins de esclarecimento, L1 significa primeira língua e L2 segunda língua. O relato do entrevistado serve como um alerta aos profissionais que atuam em bibliotecas para a importância da aquisição de materiais em vídeo. Pessoas surdas lidam com mais clareza com informações transmitidas por meio da Língua de Sinais, devido a isto, materiais textuais como livros e revistas acabam sendo subutilizados pelos estudantes com surdez.

A fala do estudante com baixa visão (E2) apresentou demandas específicas dos usuários de bibliotecas com baixa visão, como ele próprio. Sobre sua rotina de estudo nas bibliotecas, E2 comentou “Geralmente, eu pego o livro com uma lupa. As bibliotecas não têm lupa, não oferecem lupa. Tem que trazer [de casa] e quando bota no bolso... e eu já quebrei algumas. A lupa que eu tenho tem uma iluminação amarela”.

O foco específico das bibliotecas para livros em braile e *softwares* leitores de tela exclui, muitas das vezes, os estudantes com baixa visão que mesmo sendo considerados pessoas com deficiência visual, entretanto, necessitam de outros tipos de equipamentos como teclados ampliados, e de tecnologia assistiva como lupas eletrônicas e ampliadores de tela.

No tocante à sua limitação visual, E2 relata “meu problema é o brilho da tela, por isso, é bom ter um contraste amarelo”. A questão da iluminação é trazida novamente pelo estudante quando perguntado sobre como seria seu ambiente ideal de estudo. Como resposta tem-se a existência de cabines individuais com luz amarela regulável. Pensar na acessibilidade em bibliotecas para pessoas com baixa visão é pensar sobretudo na projeção da iluminação dos espaços de estudo, no brilho da tela dos computadores, em *softwares* ampliadores de tela e na disponibilização de instrumentos de auxílio óptico.

Para a estudante com cegueira (E3) a mobilidade interna é apontada como um obstáculo no uso da biblioteca. Sobre a ausência de uma orientação espacial no espaço interno da biblioteca, a estudante afirma

Para o acesso eu não encontro muita dificuldade não, a dificuldade que eu tenho é para andar dentro da biblioteca. [...] A questão que não tem um piso tátil e as mesas ficam bem na frente... eu fico muito perdida se eu estiver lá dentro sozinha... isso é uma coisa que dificulta bastante.

O arranjo do mobiliário das bibliotecas sem uma sinalização de orientação dificulta a locomoção, principalmente, dos estudantes com alguma limitação visual. A respeito da inexistência de uma sinalização quanto ao assunto dos livros ao longo dos corredores da biblioteca, a estudante E3 expressa “não tem nada que indique o corredor de livros que eu estou. Não tem nada em braille que indique”. A fala da entrevistada revela a necessidade de que os usuários de biblioteca cegos têm para se localizarem internamente nas bibliotecas, além do desejo de tentarem identificar, por meios próprios com o auxílio do braille, os assuntos dos livros por toda a extensão dos corredores das bibliotecas.

Considerando a experiência de utilizar a biblioteca, a entrevistada E3 comenta:

Eu não utilizo livros, porque não tem nenhum livro em braile. Isso é uma coisa que faz falta. Geralmente, eu frequento a Biblioteca de Letras para estudar mesmo com meus amigos ou para fazer algum trabalho. Eu já levo o notebook e peço auxílio só para me sentarem em alguma mesa e fico lá fazendo meu trabalho.

Materiais táteis, sonoros e digitais acabam sendo minoria no acervo das bibliotecas da UFRJ. Para os estudantes cegos ou com baixa visão, tal aspecto caracteriza um entrave informacional, no qual discentes com deficiência sempre ficam em desvantagem na obtenção de livros e textos majoritariamente disponibilizados pelos professores em formato textual. E3 retoma a questão carência de títulos em formato acessível, quando perguntada sobre o entendimento do catálogo eletrônico Minerva. Nesse ponto, E3 responde de modo irônico/crítico: "É um catálogo de livros né? Então assim... eu não sei se faz muita diferença saber quais livros tem lá, já que eu não posso ler né?"

A respeito da adoção de tecnologia assistiva em bibliotecas para discentes com deficiência visual, a estudante E3 comenta sobre o sistema operacional para pessoas cegas desenvolvido por um professor da própria UFRJ, o sistema Dosvox. Sobre o programa em questão, E3 comenta: "A Biblioteca da Letras tem um computador com Dosvox e já ajuda bastante. Acho que teria que ter também os outros leitores de tela no computador. Mas, acho que só o Dosvox já ajuda bastante."

Para a estudante E4, que tem nanismo, a altura dos computadores de consulta é a principal adversidade com a qual se depara no uso da biblioteca. Em seu relato, E4 afirma:

O que eu acho que é mais um pouquinho complicado é a pesquisa de livros... por causa do computador que fica numa bancada alta. [É complicado] as vezes pegar alguns livros que ficam mais ao alto, mas fica tranquilo também chamar alguém da biblioteca e pedir.

Com as atenções voltadas para intervenções estruturais para pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes e cegos, os projetos de promoção da acessibilidade para pessoas com baixa estatura geralmente acabam não sendo implementados nas bibliotecas. A estudante E4 comenta que a altura também é um fator limitante para consultar os livros nas estantes. Discentes usuários de cadeira de rodas e com baixa estatura são mais dependentes de terceiros para acessar materiais que estão em prateleiras mais elevadas nas estantes da biblioteca.

Perguntada sobre o atendimento prestado pelos funcionários da biblioteca, E4 comenta: “Gostei bastante da experiência na biblioteca... tem até uma funcionária que já me procurou para tentar tornar a biblioteca um pouco mais acessível”.

A entrevistada E5, que é usuária de muletas, relatou ter problemas para se locomover no interior do campus da Praia Vermelha. Considerando os transtornos vivenciados no campus, a estudante E5 afirma: “eu já caí mesmo com duas muletas. [...] Acho que não é acessível até para quem não tem problema de locomoção. Há muito desnível, buracos, são poucas as rampas.” Esta fala atenta para o fato de que se deve observar o ambiente externo (calçadas, estacionamento, canteiro de plantas), ou seja, não pensar somente na acessibilidade da porta para dentro dos espaços da biblioteca.

Em sua fala, E5 retrata as adversidades de estudar no campus da Praia Vermelha, um local tombado pelo Patrimônio Histórico inacessível na parte arquitetônica.

Eu cheguei a fazer um período de Pedagogia... o prédio de Educação não tem rampa de acesso para ele. São escadas, ele é inviável para um cadeirante ou uma pessoa como eu ter acesso. E é um prédio que é tombado e não pode ser feito nenhuma adequação para acessibilidade.

Chegar à biblioteca e não poder circular entre as estantes, por falta de acessibilidade, pode causar entre os usuários um sentimento

de impotência. As pessoas com deficiência física são as mais prejudicadas quando necessitam adentrar em prédios de bibliotecas sem elevadores em que o único acesso ao acervo de livros é feito por meio de escadas. A estudante E5 expõe sua experiência de consultar um título de seu interesse na biblioteca que frequenta na Praia Vermelha.

Na Biblioteca do CFCH, os livros ficam no primeiro andar, e não no térreo. Então tem que subir uma escada. Eu conto com a boa vontade dos funcionários embaixo. Eles vão até o andar superior pegar o livro para mim. Eu não tenho acesso aos livros. [...] A dificuldade maior é eu não poder transitar por entre os livros.

Sobre a disposição do mobiliário da biblioteca, a estudante E5 enfatiza a demanda pela livre circulação entre as estantes das pessoas com alguma limitação física. Na visão de E5, “estantes bem afastadas, que dessem locomoção tanto para mim, muletante, quanto para um cadeirante transitar entre elas”.

O depoimento dos cinco discentes com deficiência legitima a análise das respostas do questionário e evidencia por meio do olhar e da vivência dos estudantes, quais são os entraves ainda enfrentados por eles, no contexto da acessibilidade nas bibliotecas da UFRJ. Considerando os obstáculos que o corpo discente com deficiência se defronta, E5 afirma: “É uma luta para você chegar até a universidade e quando você chega, você não tem condições de permanecer.”

Entrevista com os bibliotecários da UFRJ

Para enriquecer o estudo, optou-se também por se realizar entrevistas com um grupo de bibliotecários da Universidade com a finalidade de identificar barreiras que, na visão deles, impedem a acessibilidade, identificar iniciativas inclusivas já implementadas nas bibliotecas em que atuam, assim como, saber como foi a experiência que os mesmos tiveram ao prestar atendimento para com os estudantes com deficiência e TGD.

Dois critérios nortearam a escolha dos profissionais a serem entrevistados: o primeiro era que fossem bibliotecários das bibliotecas mais mencionadas pelos respondentes do questionário. O segundo critério era entrevistar bibliotecários que recebem o público, para conhecer as experiências e os desafios no atendimento de usuários com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento. O Quadro 5 apresenta os profissionais das bibliotecas da UFRJ entrevistados.

Quadro 5 - Bibliotecários entrevistados

Bibliotecário	Instituição
B1	Biblioteca Eugenio Gudín - CCJE
B2	Biblioteca Carvalho de Mendonça - FND
B3	Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras
B4	Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - CCS

Fonte: Ribeiro (2020).

Os bibliotecários entrevistados apontaram problemas arquitetônicos que dificultam o acesso ao prédio das bibliotecas da universidade. A bibliotecária B1 relata as dificuldades que um estudante cego tem para se locomover no campus da Praia Vermelha.

Com relação ao acesso à biblioteca e ao Palácio Universitário é um pouco problemático por conta da disposição da Praia Vermelha. Ela é cheia de jardins, canteiros, carros estacionados... dificulta o acesso para o [nome do estudante omitido pelos autores].

Sobre a experiência de atender um discente cego, a bibliotecária narra os desafios que enfrentou para dar suporte informacional, já que todos os materiais utilizados no curso eram textuais. Sobre a alternativa utilizada pela funcionária para auxiliar o estudante cego, B1 expõe:

No primeiro período do estudante a gente não tinha nenhum material acessível e a gente não foi avisado que ia ingressar um aluno com deficiência visual. [...]. Então a gente começou a gravar audiolivros, uns capítulos de livros que ele ia usar no primeiro período. Acharmos melhor gravar áudios... só que ficou um pouco complicado porque demandava muito tempo e os áudios eram muitos extensos. Até para o aluno ficava muito cansativo.

Considerando a questão do tombamento de prédio antigos, a bibliotecária B2 comenta a respeito da acessibilidade da Faculdade Nacional de Direito (FND). Segundo B2, "como é um prédio tombado, não se pode mexer praticamente em quase nada na estrutura. A FND não é preparada realmente para receber [pessoas com deficiência]. Os cadeirantes agora têm os elevadores, eles conseguem ter acesso ao prédio todo".

Em relação a disponibilidade de tecnologia assistiva na biblioteca, a bibliotecária B2 informa "a gente tem um computador com Dosvox [...] e a gente tem impressora braile". Perguntada sobre onde o computador com o sistema Dosvox está localizado, foi esclarecido que "esse computador fica lá na sala do processamento técnico, fica na parte interna da biblioteca". Disponibilizar recursos de acessibilidade em locais restritos ao público é um fator que limita o pleno acesso às tecnologias que promovem a inclusão das pessoas com deficiência.

Considerando outros tipos de suporte de informação disponíveis na biblioteca, B2 afirma "só temos um Código Civil antigo, que já foi alterado em 2015, acho que em braile".

Já a bibliotecária B3 comenta sobre a dificuldade que teve ao atender um estudante surdo que só se comunicava pela Língua Brasileira de Sinais. Sobre essa experiência, B3 relata:

A pessoa não falava, então eu tinha que pedir para ela escrever e aí nessa escrita a pessoa já não ficava tão confortável. E eu escrevia "por favor eu quero te ajudar" alguma coisa assim nesse sentido. E a pessoa aos poucos ia mostrando o que ela queria.

A comunicação com os discentes surdos mostra-se um desafio para os profissionais das bibliotecas que não dominam a Libras. A solução para este entrave nada mais é do que capacitar os profissionais que atuam nas bibliotecas da UFRJ para aprenderem a língua falada pelos estudantes surdos, a Língua Brasileira de Sinais. Mais do que viabilizar, é necessário tornar possível a comunicação entre os discentes surdos e os funcionários ouvintes das bibliotecas.

A respeito do acervo, a bibliotecária B3 menciona sobre os diferentes tipos de materiais disponíveis na biblioteca. B3 afirma que além livros físicos “a gente tem CDs, DVDs e audiolivros [de literatura brasileira]”. O Ministério da Educação determina a aquisição materiais em vídeo que auxiliem as práticas pedagógicas de ensino do curso de Licenciatura em Letras: Libras. Devido a isto, a biblioteca da Faculdade de Letras detém materiais especiais como DVDs com o hino brasileiro e fábulas traduzidas pela Língua de Brasileira de Sinais.

Observando ainda a questão da acessibilidade arquitetônica das bibliotecas da UFRJ do ponto de vista dos bibliotecários, tem-se o relato da bibliotecária B4 que descreve como é feito o acesso ao prédio da biblioteca em que atua.

A gente tem duas entradas principais no CCS. Tem essa entrada que é onde eu estou agora, que é a entrada do Bloco L, que é a entrada da biblioteca, e não tem nenhuma rampa. Só tem uma escada. [...] Do outro lado tem uma rampa, mas desse lado aqui, que é o que dá acesso à biblioteca não tem nenhuma rampa.

Depoimentos assim, fazem com que seja possível assegurar que o atendimento às normas de acessibilidade está longe do que é recomendado pelos estudiosos. Em alguns casos, os obstáculos aparecem antes mesmo dos estudantes chegarem até à porta de entrada da biblioteca.

Se o discente usuário de cadeira de rodas conseguir vencer o contratempo das escadas e finalmente alcançar a biblioteca do CCS, terá que enfrentar um segundo desafio. B4 informa que

As portas não estão adaptadas para um cadeirante entrar. Se algum cadeirante quiser acessar, vai ter que pedir para algum funcionário poder abrir a porta para ele. Pode até ser que abrindo a porta tenha as dimensões que ele precisa para a cadeira passar, mas ele vai entrar com uma certa dificuldade.

Portas que estão fora das dimensões estabelecidas pela norma de acessibilidade são uma infeliz realidade não só em bibliotecas, mas em salas de aula, laboratórios e sanitários da universidade. Readequar esses espaços é um grande desafio que precisa ser concretizado a curto e médio prazo, afinal a UFRJ muito antes da implementação da política de cotas para pessoas com deficiência já recebia estudantes com alguma limitação.

Perguntada sobre a possibilidade de manobrar uma cadeira de rodas entre as estantes da biblioteca, a bibliotecária B4 afirma “não tem mais espaço nem para os alunos que não são cadeirantes circularem entre as estantes, quanto mais para um cadeirante”.

No tocante à experiência de atender estudantes com deficiência, B4 relata:

Teve essa [estudante] que tem deficiência visual e ela veio com o computador dela. O computador dela tem Dosvox. [...] Uma outra pessoa que eu já atendi foi uma aluna da Terapia Ocupacional. Essa senhora já é de idade, mas ela tem Parkinson. Ela não consegue digitar por causa do tremor dela. [...] E um outro aluno que tem Síndrome de Asperger. A gente atendia ele e depois ele retorna várias vezes o e-mail pra gente porque não entendia da primeira vez. [...] Foram algumas barreiras que a gente teve que enfrentar. Nesse espaço aqui pequeno e essas pessoas com essas dificuldades... a gente teve que ter muita paciência, muito controle sobre o que ia falar,

como ia abordar os assuntos com ele, como ia fazer a pesquisa com ele. Foi um trabalho muito grande, mas essas pessoas graças a Deus estão conseguindo se desenvolver ao longo da vida acadêmica.

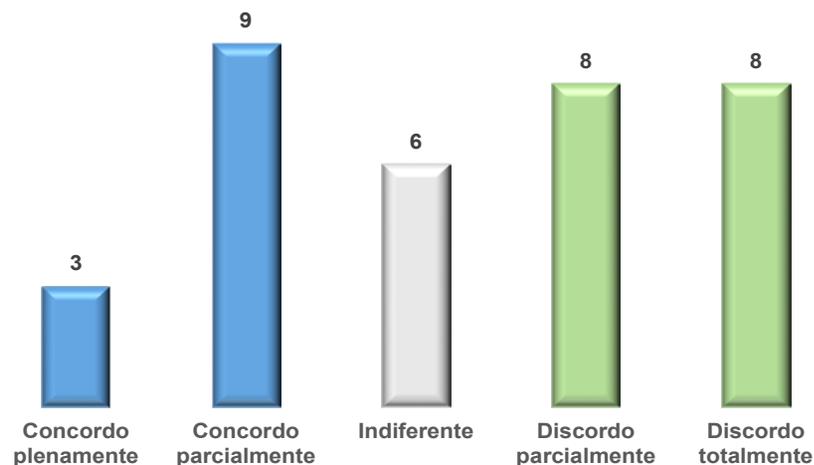
O depoimento dos bibliotecários valida as informações obtidas com a aplicação do questionário e do roteiro de entrevistas com os estudantes com deficiência. A universidade urge por intervenções que promovam a inclusão do corpo discente com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento.

NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS CATEGORIAS DE ACESSIBILIDADE

Nesta seção é apresentada uma síntese das análises formuladas pelos estudantes com deficiência e TGD que avaliaram a acessibilidade das bibliotecas da UFRJ, considerando o atendimento das categorias e indicadores estabelecidos neste estudo avaliativo.

No sentido de enriquecer os resultados alcançados, a última questão fechada do questionário teve o propósito de encerrar a temática sobre a acessibilidade nas bibliotecas da UFRJ, de acordo com as categorias consideradas neste estudo. A questão foi baseada na Escala Likert e os respondentes responderam se concordavam, discordavam ou eram indiferentes à afirmação de que as bibliotecas da UFRJ são acessíveis. O Gráfico 3 revela as respostas obtidas.

Gráfico 3 - As bibliotecas da UFRJ são acessíveis



Fonte: Ribeiro (2020).

Os resultados alcançados revelam que a maioria dos respondentes, 16 estudantes (50% dos respondentes) discordam parcial ou totalmente dessa afirmativa e 12 (45,29%) concordam com a afirmativa de que as bibliotecas da UFRJ são parciais ou totalmente acessíveis. Seis indivíduos se mostraram indiferentes à essa questão.

Esses dados, apesar de apresentarem um viés negativo a respeito da acessibilidade nas bibliotecas da UFRJ, mostram, também, uma diversidade de visões a respeito do que se quis saber sobre o tema considerado neste estudo. No entanto, e de forma incontestável, é marcante o fato de os números de conotação negativas superarem aqueles de caracteres positivos.

O Quadro 6 apresenta o grau de atendimento das seis categorias de acessibilidade relacionadas no estudo.

Quadro 6 - Grau de atendimento das categorias de acessibilidade

Categorias de acessibilidade	Nível de atendimento
Arquitetônica	Parcialmente Atendida
Comunicacional	Não Atendida
Instrumental	Não Atendida
Atitudinal	Não Atendida
À informação	Não Atendida
Ao mobiliário e equipamentos	Parcialmente Atendida

Fonte: Ribeiro (2020).

Das seis categorias consideradas no estudo, destacam-se as categorias de acessibilidade comunicacional, instrumental, atitudinal e à informação, classificadas como Não Atendidas, com quatro ocorrências e, por fim, as categorias de acessibilidade arquitetônica e ao mobiliário e equipamentos, consideradas como Atendidas Parcialmente com duas ocorrências.

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta a questão avaliativa apresentada como norteadora deste estudo, constatou-se, após análise dos dados coletados por meio dos instrumentos utilizados, das seis categorias de acessibilidade elencadas no trabalho, nenhuma categoria foi considerada como possuidora de significativas condições de acessibilidade. Já as categorias de acessibilidade arquitetônica e a relacionada ao mobiliário e equipamentos foram classificadas como tendo condições parciais de acessibilidade, não atendendo de forma adequada às necessidades das pessoas com deficiências que frequentam as bibliotecas da UFRJ.

Os aspectos mais negativos relacionados aos resultados encontrados ficaram por conta das categorias de acessibilidade comunicacional, instrumental, atitudinal e à informação que foram classificadas como não atendendo as condições de acessibilidade a elas relacionadas, considerando o contexto das bibliotecas, objetos de investigação neste estudo. Ou seja, de forma geral, as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ atendem parcialmente as dimensões de acessibilidade arquitetônica e ao mobiliário e equipamentos; e, não atendem às dimensões de acessibilidade comunicacional, instrumental, atitudinal e à informação, definidas por Sasaki (2009) e por Nicoletti (2010).

Cabe destacar que este estudo avaliativo teve como objetivo avaliar a acessibilidade das bibliotecas da UFRJ sob a ótica dos estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento da UFRJ, descortinando que há muito a ser feito no sentido de tornar as bibliotecas da universidade em ambientes acessíveis e inclusivos.

O estudo mostrou que a implementação de pisos táteis e a sinalização em braile nas portas nos ambientes das bibliotecas foram algumas das sugestões trazidas à tona pelos respondentes. Utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão, os pisos táteis servem como elemento de orientação direcional. Nesse ponto, é também digno de nota que a presença de rotas acessíveis nos arredores de bibliotecas,

já prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas por meio da NBR 9050 sobre acessibilidade, é de fundamental importância tanto para o corpo social da universidade, quanto para a comunidade externa com deficiência.

Cabe ainda salientar que a lupa de bolso é um facilitador de aprendizagem dos indivíduos com baixa visão, um recurso que tem baixo poder aquisitivo e pode ser adquirido pelas bibliotecas para o uso dos estudantes com essa deficiência. Esses objetos de baixo custo se contrapõem à máxima de que é dispendioso tornar um ambiente acessível. Sendo assim, as bibliotecas têm condições de disponibilizar aos discentes com deficiência visual ferramentas de baixo custo, além de *softwares* acessíveis gratuitos para propiciar uma vivência acadêmica com mais independência para os estudantes cegos ou com baixa visão.

É relevante destacar que a carência de recursos financeiros pode ser apontada como um entrave na promoção da acessibilidade. No entanto, é pouco divulgado o fato de que existem *softwares* acessíveis com tecnologia gratuita que estão ao dispor dos gestores de bibliotecas e unidades de informação. O sistema Dosvox, desenvolvido no antigo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da própria UFRJ, é um exemplo de tecnologia gratuita que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência visual.

Quando se fala na promoção da acessibilidade em bibliotecas é comum ouvir aspectos ligados à construção de rampas ou sobre a aquisição de impressoras braille. Entretanto, é preciso atentar para aspectos não tangíveis essenciais para a inclusão, que em geral não estão nos manuais, guias e normas de acessibilidade, ou seja, a acessibilidade atitudinal, que preconiza um atendimento sem preconceito ou discriminação para com o estudante com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento. Nesse aspecto, destaca-se o depoimento de Soares e Alcântara (2019) ao relatarem que “para o primeiro atendimento ao usuário com deficiência

foi importante se despir de qualquer medo ou preconceito, oferecer ajuda e perguntar a forma mais adequada de prestar auxílio” (Soares; Alcântara, 2019).

A acessibilidade atitudinal também faz alusão ao fato de que os profissionais que atuam em bibliotecas possam atender os estudantes surdos de maneira exequível, por meio da Língua Brasileira de Sinais. Não somente o ambiente deve estar adequado, mas os próprios funcionários das bibliotecas da UFRJ devem estar capacitados, a fim de prestarem um atendimento de qualidade, que se dá tendo a compreensão da língua utilizada pela comunidade surda.

Sendo assim, denota-se que a acessibilidade das bibliotecas da UFRJ está aquém do que é preconizado pelos autores, estudiosos, a literatura da área, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a própria norma de acessibilidade editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

RECOMENDAÇÕES

Os relatos dos estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento obtidos na fase da coleta de dados, possibilitaram a elaboração de um conjunto de recomendações, que se destina a todos os profissionais que atuam em bibliotecas. O quadro de recomendações (Quadro 7) tem como propósito ilustrar de que maneira as bibliotecas da UFRJ podem se tornar espaços mais inclusivos, viabilizando assim, uma vivência acadêmica mais autônoma para os estudantes com deficiência ou TGD.

Quadro 7 - Recomendações

Tipo de deficiência	Recomendação
Baixa visão	<ul style="list-style-type: none"> ♿ Pisos táteis ♿ Lupas de bolso ♿ Computadores com ampliadores de tela ♿ E-books ♿ Audiolivros
Cegueira	<ul style="list-style-type: none"> ♿ Pisos táteis ♿ Sinalização em braile nas portas (conforme foto a seguir) <div data-bbox="906 610 1328 906" style="text-align: center;">  </div> <ul style="list-style-type: none"> ♿ Computadores com o sistema Dosvox ♿ Computadores com o leitor de telas NVDA
Deficiência física	<ul style="list-style-type: none"> ♿ Estantes rebaixadas ♿ Espaço entre as estantes que permita a manobra da cadeira de rodas ♿ Terminais de consulta adaptados para pessoas com nanismo ou cadeirantes (conforme foto a seguir) <div data-bbox="906 1192 1312 1490" style="text-align: center;">  </div>

Tipo de deficiência	Recomendação
Deficiência auditiva	<ul style="list-style-type: none"> ♿ Computadores com VLibras ♿ Livros traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais 
Transtornos Globais do Desenvolvimento	♿ Cabines de estudo individual

Fonte: Ribeiro (2020).

Em uma das visitas para a realização das entrevistas, a foi encontrado o móvel da imagem acima na Biblioteca da Faculdade de Letras. Um antigo arquivo de fichas que foi reaproveitado e hoje funciona como terminal de consulta para pessoas com baixa estatura e cadeirantes.

Logo, o ensejo é que as bibliotecas da UFRJ ofereçam materiais táteis e sonoros, disponibilizem ferramentas e equipamentos, e que elas prestem tratamento adequado, ou seja, que as bibliotecas sejam capazes de dar as condições necessárias (dentro de suas limitações) para que os estudantes com deficiência ou TGD tenham uma vivência acadêmica mais inclusiva e com mais independência.

MÉRITO DO ESTUDO

Ovidio Orlando Filho
Elaine Rodrigues Perdigão

Esta seção de reflexão sobre o mérito do estudo avaliativo visa assinalar não apenas a qualidade do trabalho realizado, mas apontar, em linhas gerais e de forma propositiva, o percurso teórico e prático adotado, de modo que possa instruir outros estudiosos, avaliadores, consultores e pesquisadores na área. Pautou-se na análise subjetiva de um dos autores deste livro e seguiu alguns critérios de avaliação como relevância do estudo, adequação metodológica, viabilidade e aplicabilidade dos resultados e utilidade das recomendações.

No que se refere ao contexto e objeto do estudo avaliativo, abordou-se, em capítulos anteriores, o tema da acessibilidade e inclusão à luz da vivência de universitários com deficiência, imprimindo ao estudo um caso exemplar para diagnóstico das dificuldades e demandas desse alunado no contexto do acesso e uso das bibliotecas universitárias. Ao apresentar a satisfação dos discentes em relação aos serviços prestados pelas bibliotecas da UFRJ, a avaliação realizada identifica as principais fragilidades e lacunas, possibilitando aos gestores e responsáveis a adoção de ações e medidas para atendimento às demandas dos referidos discentes e à transformação das bibliotecas em espaços mais inclusivos.

Com essa sucinta contextualização, já se evidenciam a relevância e atualidade da temática, uma vez que a pauta da diversidade e inclusão adquire maior visibilidade nas mais diversas instâncias da sociedade. Adverte-se, aliás, que a agenda da inclusão das pessoas com deficiência vem a reboque de um longo caminho de discussões e reivindicações acerca do acesso com qualidade à educação básica e ao ensino superior. Entre fins dos anos de 1980 e início dos anos 90,

são promulgados documentos fundamentais no que tange à acessibilidade na educação, a saber; Constituição Federal de 1988, documentos internacionais da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontien no ano de 1990, e a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, no ano de 1994 (Rocha; Perdigão, 2020).

A jornada até aqui, é fato, não tem sido fácil, por isso o reconhecimento de estudos desse tipo, pois iluminam os caminhos para se pensar soluções possíveis, ao encontro das necessidades e anseios de seus principais interessados. Avaliações devem, pois, dialogar com os tempos políticos, culturais e sociais de sua época, refletindo as expectativas e demandas dos grupos envolvidos.

Quanto ao recorte teórico e conceitual adotado, identificou-se os conceitos de acessibilidade, inclusão e deficiência, cuidadosamente esclarecidos, desvelando para o leitor as condições históricas e legais em que emergem tais noções, sobretudo tendo em vista que conceitos e noções se aplicam a situações de ordem prática, ou seja, são construtos acionados para dar entendimento a um problema e/ou demanda social. Muitas vezes, são resultado de discussões e reflexões de grupos da sociedade e acenam para a necessidade de maior conscientização a respeito de determinada agenda social. Já no que tange às leis e políticas públicas relacionadas a inclusão, destacou-se a emergência de ações afirmativas no ensino superior e o acesso de alunos com deficiência no espaço acadêmico.

O aumento crescente de pessoas com deficiência em universidades do país é resultado de importante conquista desse grupo, embora o maior acesso também evidencie as dificuldades para garantia da permanência desses discentes. Pesquisas e avaliações acerca das condições de acessibilidade em diferentes ambientes universitários são úteis para a formulação de ações mais efetivas, em favor da inclusão e acessibilidade plenas, ajudando a promover mudanças significativas para a sociedade em geral.

Uma vez definido o contexto mais amplo do estudo avaliativo, verificou-se a descrição minuciosa do objeto da avaliação, contemplando a apresentação das bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade, com seus serviços e produtos prestados, bem como os equipamentos disponibilizados aos alunos com deficiência. Acrescentou-se dados quantitativos importantes sobre esses alunos e os tipos de deficiências declaradas. A exposição foi eficiente ao delimitar precisamente o escopo do estudo avaliativo e o alcance dos dados coletados a partir do público-alvo estabelecido, no caso os alunos com deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo ainda alguns dos servidores atuantes nas bibliotecas.

O estudo avaliativo concentrou-se em responder a uma única questão avaliativa proposta, bem definida e clara, demonstrando pertinência e aderência ao objetivo de avaliar as condições de acessibilidade existentes nas bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ. A pergunta avaliativa indica o caminho através do qual a avaliação deve seguir, não perdendo de vista que responde aos interesses e demandas dos grupos envolvidos.

Em resposta, portanto, à questão avaliativa, são definidos e aplicados procedimentos metodológicos válidos, a partir dos quais foram identificados a adequação da abordagem avaliativa e devida fundamentação teórica para a formulação do quadro de critérios e indicadores. A descrição das diferentes dimensões de acessibilidade com base nos estudos de Sasaki (2009) e Nicoletti (2010), além de estratégica para o estudo, demonstrou coerência com a temática adotada. Observou-se, ainda, rigor na definição das categorias e indicadores, bem como nos critérios de julgamento para a obtenção dos resultados da avaliação. A combinação das técnicas qualitativa e quantitativa de análise ofereceu ao estudo maior profundidade e consistência para posterior apresentação dos resultados.

Os resultados do estudo foram igualmente explicitados de forma clara e objetiva, atendendo à mensuração das categorias

avaliativas estabelecidas. Os achados e informações coletadas foram devidamente analisados, com gráficos e tabelas ilustrando com fidelidade as respostas dos participantes. Considera-se fundamental que os resultados reúnam respostas consistentes à pergunta avaliativa proposta, o que ficou evidente no estudo avaliativo.

Acrescentou-se, à análise, entrevistas como contraponto interessante aos dados trazidos pelo questionário, em particular, destacadas nas falas dos bibliotecários. Abarcar os pontos de vista dos principais interessados, com base na aplicação adequada de instrumentos avaliativos, é estratégico do ponto de vista técnico, tanto quanto é imprescindível no que diz respeito a ética na avaliação.

Nas considerações finais e nas recomendações do estudo, identificou-se o alinhamento entre os resultados e a questão avaliativa, não restando dúvidas sobre a pertinência e utilidade do estudo avaliativo. O quadro com as recomendações listadas organiza de forma prática e objetiva as ações que podem ser tomadas pelos *stakeholders*, confirmando a aplicabilidade do estudo e sua importante contribuição para o aprimoramento da acessibilidade nas bibliotecas da UFRJ. As recomendações constituem o produto da avaliação e sua importância reside no fato de proporcionar aos interessados conhecimentos e informações para que os próprios possam conduzir as mudanças que se façam necessárias.

A avaliação comprovou a necessidade de maior adequação dos espaços das bibliotecas da UFRJ para atendimento aos alunos com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, indicando a seus gestores ações consideradas viáveis e úteis. Possibilitou a divulgação de dados e informações, oportunizando um conhecimento, até então, não sabido pelos envolvidos, acerca das bibliotecas e que pode servir como instrumento de mudança. Por sua valia ao campo da avaliação e da pesquisa sobre acessibilidade e inclusão, sugere-se aos autores que continuem a investigação sobre os desdobramentos do estudo avaliativo e seus possíveis impactos na trajetória acadêmica e profissional desse grupo de alunos.

EXPERIÊNCIA DA AUTORA

Tatiana de Sousa Ribeiro

Graduada em Biblioteconomia e Documentação, ingressei na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2015 para assumir o cargo de bibliotecária. Desde então, tenho a grata oportunidade de conviver com a pluralidade étnica e com a diversidade de corpos que frequentam a universidade.

A luta pelo direito das pessoas com deficiência sempre foi um tema muito sensível para mim. Ainda era recém concursada, quando atendi uma pessoa com deficiência pela primeira vez. Ela, uma funcionária com baixa visão que enxergava muito pouco e utilizava bengala, entrou na biblioteca porque precisava utilizar o computador. Para minha infeliz surpresa, nenhum dos computadores da biblioteca tinha algum programa ou recurso de acessibilidade que permitisse seu uso por pessoas que não enxergavam. Me senti impotente, mas ao mesmo tempo tinha consciência de que devia fazer algo para reverter aquela situação.

Dois anos após este episódio, a UFRJ implementou uma nova política de ação afirmativa para ingressantes com deficiência e viu o número de matrículas de discentes cegos, com surdez, do espectro autista e com deficiência física aumentar significativamente. Se por um lado presenciar a reparação histórica das pessoas com deficiência era algo positivo, por outro lado, observar o aumento da evasão dessa mesma população era algo negativo e preocupante.

Tal cenário foi ponto de partida para a escrita da dissertação, afinal as bibliotecas da UFRJ contribuem para a permanência ou para a evasão dos estudantes com deficiência? As bibliotecas da UFRJ são acessíveis para pessoas com deficiência? E não seria eu, uma mulher sem deficiência, que responderia essas perguntas.

Segui o lema do movimento dos direitos da pessoa com deficiência “Nada sobre nós sem nós” e dei voz aos indivíduos que realmente deveriam atribuir algum juízo de valor.

A sensação de gratidão e dever cumprido me tomaram ao fim da escrita e da defesa. Meu estudo avaliativo cumpriu o seu papel e ousou dizer com êxito. Seus resultados foram apresentados para a direção do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, contribuindo para o planejamento de futuras ações inclusivas do sistema. A presente autora, deseja que os ensinamentos desta obra possam acima de tudo sensibilizar e engajar mais pessoas bibliotecárias na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Antes de encerrar explico que minha jornada acadêmica, desde o ingresso na Faculdade Cesgranrio até a defesa da dissertação (na sala da minha casa durante a pandemia), foi uma grata e saudosa experiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Formação do áudio descritor: a estética cinematográfica como base para o aprendizado da estética da audiodescrição: materiais, métodos e produtos. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 34-59, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050*: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1998.

BISQUERRA, Rafael. *Métodos de investigación educativa*: guía práctica. Barcelona: CEAC, 1989.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão*: e-SIC. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 4 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Construção participativa de indicadores para avaliação do programa de educação ambiental em saneamento para pequenos municípios*: caderno de orientações. Feira de Santana: UEFS; Brasília, DF: Funasa, 2014. (Caderno 2).

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador programa incluir: acessibilidade na educação superior*. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *O que são ações afirmativas*. Brasília, DF: Secretária Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, [2018?]. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001.

DAMASCENO, Larissa Mayara da Silva; SILVA, Paulo Gustavo da; RAMOS, Anatalia Saraiva Martins; CORTEZ, Ana Eliza Galvão; BASTOS, Evangelina de Mello. Potencialidades e limitações da coleta de dados através de pesquisa online. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 17, 2014, Rio Grande do Norte. *Trabalhos Completos...* Rio Grande do Norte: SEMEAD, 2014. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1099.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. *Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios*. São Paulo: Atlas, 2010.

ELLIOT, Lúcia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, 2011.

FARIAS, Suelen Conceição. O audiolivro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 31-52, 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

JARDIM, Maria Luíza Cavalcanti. *O manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva: avaliação por catalogadores da UFRJ*. 2014. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) - Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2014.

JESUS, Deise Lourenço de; CUNHA, Murilo Bastos da. Produtos e serviços da web 2.0 no setor de referência das bibliotecas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 110-133, jan./mar. 2012.

KERLINGER, Fred N.; LEE, Howard B. *Foundations of behavioral research*. 4. ed. Orlando: Harcourt College Publishers, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2001.

MILANEZI, Larissa. Acessibilidade e deficiência: qual a relação as políticas públicas?. *Politize!*. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/acessibilidade-e-o-direito-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

NASCIMENTO, João do. Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social. *Brasil Escola*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>. Acesso em: 7 fev. 2020.

NICOLETTI, Tamini Farias. *Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos*. 2010. 98 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OS DESAFIOS da Biblioteca Universitária. *Sophia*. São José dos Campos, 2017. Disponível em: <https://www.sophia.com.br/blog/bibliotecas-e-acervos/biblioteca-universitaria>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PAULA, Chico de. Bibliotecários, professores e usuários se pronunciam sobre o fechamento das Bibliotecas-parque. *Carta Capital*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/bibliotecarios-professores-e-usuarios-se-pronunciam-sobre-o-fechamento-das-bibliotecas-parque/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

REIS, Luana Silva; ARAÚJO, Tiago Maritan U. de; LIMA, Maria Dayane F. Cirini; SALES, Angelina S. da Silva; AGUIAR, Yuska Paola Costa. Avaliação de usabilidade do aplicativo VLibras-Móvel com usuários surdos. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB*, 23, 2017, Gramado. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 123-126.

RIBEIRO, Tatiana de Sousa. *Acessibilidade em bibliotecas universitárias: um estudo de caso com usuários com deficiência visual (cegos e com baixa visão)*. 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Tecnologia da Informação Aplicadas à Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Tatiana de Sousa. O olhar dos estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento sobre as Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 88 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação). Rio de Janeiro: Faculdade Cesgranrio, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Ovidio/Downloads/Dissertacao%20Tatiana%20Ribeiro%20Turma%202018_Versao%20Final.pdf. Acesso em: 29 de set. 2023.

ROCHA, Barbara Ribeiro Mamede; PERDIGÃO, Elaine Rodrigues. - Ações de acessibilidade e inclusão da UNIRIO: um estudo avaliativo. Organizado por Ligia Gomes Elliot, Lúgia Silva Leite. Série: Estudos Avaliativos Multidisciplinares. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SILVA, Renato Kimura da. ProDeaf: metodologia de tradução de português para Libras por meio de avatares 3D – uma abordagem multidisciplinar. *Forum*, Rio de Janeiro, n. 29/30, p. 56-32, 2014.

SOARES, Priscila Gonçalves; ALCÂNTARA, Josiane Silva de. Os desafios e dilemas enfrentados pela Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ para adequar o acervo aos novos usuários ingressantes com deficiência visual. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 28., 2019, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: FEBAB, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Coordenadoria de Comunicação Social. Ação afirmativa para pessoas com deficiência chega à UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2017/07/20/acao-afirmativa-para-pessoas-com-deficiencia-chega-ufrj>. Acesso em: 12 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *O sistema de Bibliotecas e Informação*. Apresentação. Rio de Janeiro, [201-?]. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/quem-somos>. Acesso em: 4 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. *SiBI em números: dados consolidados 2018*. Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1luFRo9b5tSxtcjxA3cp9SokgPw12wT9S/view>. Acesso em: 1 set. 2019.

VALE INFORMAR. *Guia de diversidade e inclusão: integrar é o mesmo que incluir?*. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://valeinformar.valeglobal.net/MZ/Paginas/Guia-de-Diversidade-e-Inclus%C3%A3o-integrar-%C3%A9-o-mesmo-que-incluir.aspx>. Acesso em: 15 set. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; SILVA, Jovana de Souza Nunes da. A avaliação do livro didático como instrumento de afirmação da autonomia da escola e de seus docentes. *Revista Meta Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 403-423, 2015.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

Tatiana de Sousa Ribeiro

Mestra em Avaliação, Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio (2020). Especialização em Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente é bibliotecária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Idealizadora da @acessibilitati, uma conta no Instagram que aborda o tema da acessibilidade em bibliotecas para estudantes e profissionais da Biblioteconomia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Acessibilidade em bibliotecas; Tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual.

E-mail: tatiana.ribeiro@nce.ufrj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8006871142634350>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8375-4056>

Ovidio Orlando Filho

PhD em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, em Portugal; Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial pela Universidade Estácio de Sá; Especializado em Análise de Sistemas e Processamento de Dados pelo Centro de Instrução Almirante Newton Braga - CIAMB; especializado em Organização e Métodos pelo Centro de Instrução Almirante Newton Braga - CIAMB; aperfeiçoamento em Eletrônica pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW; Graduado em Engenharia Op. Eletrônica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ. É Oficial Superior de carreira do Quadro Técnico da Marinha de Guerra, atualmente reformado, tendo exercido várias funções e ocupado cargos no Brasil e no exterior, se destacando o de Observador Militar das Nações Unidas (ONU) na Guerra Civil da República Popular de Angola. É Membro do Conselho Editorial e Parecerista ad hoc da Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação da Fundação Cesgranrio e Diretor Adjunto, Membro do Conselho Editorial, Parecerista ad hoc e Analista de Escopo da Revistas da Revista "Meta: Avaliação" da Faculdade Cesgranrio. Possui experiência nas áreas de Avaliação Institucional de Gestão Escolar, tendo sido membro da Equipe Central do Subprojeto de avaliação Externa da Gestão Escolar do Programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro. Atuou em projetos especiais das áreas educacionais e sociais. Foi Coordenador Administrativo do Projeto Inovadores de Cursos do Ministério da Educação. Exerceu as funções de coordenador de Logística de Aplicação em diversas avaliações nacionais como: do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE;

do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, entre outros. Ocupa, atualmente, o cargo de Professor Adjunto do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, sendo Docente nas disciplinas "Políticas Pública em Avaliação", "Meta-Avaliação" e "Avaliação do Desempenho Profissional". É docente, também do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Avaliação e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, ministrando a disciplina "Avaliação de Desempenho".

E-mail: ovidiofilho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3060612372199508>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6147-0506>

Elaine Rodrigues Perdigão

Doutora em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Mestre em Antropologia Social (2010) e Graduada em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Adjunta do Mestrado em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, atuando nas disciplinas de Avaliação Qualitativa e Técnica e Método de Investigação Social. Professora da Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj, colaborando nos projetos de atualização para professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em planejamento didático e gestão de cursos na modalidade a distância. Dedicar-se aos estudos em teoria social e métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais.

E-mail: elaineperdigaoaster@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0789210860351185>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6683-3695>

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade 8, 9, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 39, 40, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 114

avaliação 9, 11, 12, 13, 14, 18, 47, 48, 49, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 73, 103, 105, 106, 109, 110, 113, 114

B

bibliotecários 10, 17, 18, 26, 31, 32, 33, 37, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 72, 84, 89, 90, 92, 94, 106

bibliotecas 8, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 69, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 110, 111, 114

C

condições de acessibilidade 16, 17, 18, 80, 83, 98, 104, 105

D

deficiência 8, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 66, 67, 69, 72, 74, 76, 79, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114

deficiência visual 23, 25, 39, 40, 43, 44, 52, 76, 85, 87, 91, 93, 99, 111, 112, 114

dimensões de acessibilidade 47, 49, 52, 54, 65, 98, 105

direitos 16, 17, 23, 108

discentes 8, 10, 17, 41, 42, 43, 44, 48, 60, 63, 69, 71, 72, 79, 84, 87, 89, 92, 99, 103, 104, 107

discentes com deficiência 17, 42, 48, 69, 84, 87, 89, 99

E

educação 16, 21, 38, 50, 51, 103, 104, 109, 110, 112

estudantes com deficiência 17, 18, 25, 26, 28, 42, 43, 44, 49, 54, 56, 57, 60, 63, 66, 69, 79, 84, 89, 93, 94, 98, 100, 102, 107, 112

estudo 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 94, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 111, 112

I

implementação 18, 23, 52, 93, 98

inclusão 8, 12, 16, 19, 21, 22, 25, 27, 40, 49, 52, 54, 72, 91, 94, 99, 103, 104, 106, 110, 111, 112

informação 8, 9, 16, 17, 20, 21, 25, 26, 29, 31, 36, 37, 38, 39, 53, 54, 56, 59, 72, 73, 80, 81, 91, 96, 98, 99, 109

M

mobilidade reduzida 20, 21, 23, 25, 40, 74, 88, 109

P

pessoa com deficiência 8, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 40, 107, 108

políticas públicas 16, 21, 23, 27, 51, 104, 111

R

recursos 17, 31, 32, 37, 40, 52, 57, 76, 91, 99

T

tecnologia 25, 40, 85, 87, 91, 99

Transtornos Globais do Desenvolvimento 42, 43, 44, 49, 54, 57, 60, 63, 72, 79, 90, 94, 98, 99, 100, 102, 105, 106

ESTUDOS
AVALIATIVOS
MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZADORAS

Ligia Gomes Elliot
Nilma Gonçalves Cavalcante

www.pimentacultural.com

Acessibilidade nas Bibliotecas da UFRJ

UMA AVALIAÇÃO À LUZ
DA VIVÊNCIA DOS ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIAS

FUNDAÇÃO
← cesgranrio

FACULDADE
← cesgranrio

pimenta
cultural